UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)
CAMPUS DE IRATI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (PPGDC)

FERNANDA KELI PIENEGONDA

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

IRATI
2018

FERNANDA KELI PIENEGONDA

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Comunitário.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

IRATI

2018

Catalogação na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

PIENEGONDA, Fernanda Keli.

P614g Gênero e políticas públicas: o atendimento a mulheres vítimas de violência no município de Guarapuava (PR) / Fernanda Keli Pienegonda. – Irati, PR : [s.n], 2018.

XII, 81f.

Orientadora: Profª. Drª. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de Concentração: Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. Mulheres. 2. Rede de enfrentamento. I. Klanovicz, Luciana Rosar Fornazari. II. UNICENTRO. IV. Título.

CDD 305.4

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDA KELI PIENEGONDA

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Dissertação aprovada em 28/05/2018 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr.ª Nádia Maria Guariza
Instituição: UNICENTRO

Prof.ª Dr.ª Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Instituição: UFMS

Irati, 28 de maio de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às mulheres, que são exemplos de luta e resistência diárias. Principalmente, àquelas que trabalham diariamente pela igualdade de gênero e empoderamento de outras mulheres.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora, por serem meu amparo e refúgio nos momentos em que mais necessito.

À minha família, pai, mãe e irmão. Aos meus pais Sergio e Maria, por serem meu maior exemplo. Pelo incentivo desde pequena a estudar, por me fazer acreditar que apesar das dificuldades seria possível chegar ao ensino superior e por sempre apoiarem minhas iniciativas. Por terem muitas vezes abdicado de si para que pudéssemos ter um futuro melhor. Ao meu irmão Fernando, pela amizade, pela companhia em algumas viagens durante o mestrado e pelo apoio naquilo que estava a seu alcance.

Às minhas avós, por terem sido exemplos de força e superação e por ensinar que com fé tudo é possível. Pelas palavras de apoio e principalmente pelas orações, sobretudo nas minhas viagens semanais.

À minha orientadora, professora Luciana Klanovicz, por todo o conhecimento partilhado, pela disponibilidade e atenção durante todo esse período de orientação e por tê-lo conduzido de forma tão sábia e serena. Pela professora competente e, sobretudo, pela pessoa inspiradora que és. Obrigada pelas palavras de incentivo e por acreditar nessa pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação, professor Jó Klanovicz e professora Jaqueline Zarbato, pelas sugestões e importantes contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

À banca de defesa, professora Jaqueline Zarbato e professora Nadia Guariza, por terem aceitado o convite em participar e por disponibilizar seu tempo para contribuir com esta pesquisa.

Aos membros do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário - PPGDC. Aos professores, pelas trocas de conhecimentos proporcionadas e pelas discussões teóricas que possibilitaram o amadurecimento da pesquisa. Aos secretários que passaram pelo Programa nesse período, Cesar e Jean, pela prontidão em atender, solucionar as dúvidas e prestar esclarecimentos, sempre que necessário.

Aos colegas de mestrado, em especial às amigas que este proporcionou conhecer. Raphaela e Simone pela companhia nas viagens, parcerias nos trabalhos e seminários durante as disciplinas. À Thalyta, pelas parcerias nos trabalhos,

eventos acadêmicos, viagens, pelas angústias compartilhadas durante todo o processo de mestrado e por fazer parte das “meninas do gênero”.

À Fer, em especial, agradeço por termos nos conhecido no mestrado e por ter sua amizade. Por ter sido minha companheira de orientação, eventos acadêmicos, viagens, parceria de trabalhos e principalmente pelo apoio nos momentos de angústia e desespero. Com toda certeza, essa caminhada teria sido mais dura sem a sua presença. Obrigada pelas vezes que me “salvou” e pela cumplicidade que desenvolvemos.

Aos amigos de longa data e aos que chegaram durante este período, principalmente àqueles que se fizeram presentes durante esse processo e compreenderam minhas ausências.

À Carol, em especial, por ter sido a maior incentivadora deste projeto. Por ter acreditado que era possível, quando eu não acreditava. Pela disposição em ler, em dar sugestões, em cobrar a escrita do projeto e preparação para a prova, e pelas palavras de incentivo no decorrer do mestrado. Obrigada por sua amizade.

Aos demais FOX, Fábio Augusto, Walter e Pâmi, por se fazerem presentes, pelo incentivo, por acreditarem que eu era capaz, vibrarem com as minhas conquistas e por ser apoio nos momentos em que precisei. Fábio, pela forma “carinhosa” com que me cobrava responsabilidades, pelas ameaças com seus “kits”.

Às amigas que Ipiranga me trouxe, Cassiane, Bruna, Kamila e Thaís pelos momentos de descontração e pela presença diária, apesar da distância. Em especial à Thaís, que acompanhou este último ano, por demonstrar o real interesse em saber sobre o andamento da pesquisa, pelas diversas vezes que ouviu minhas preocupações e pelas palavras motivadoras.

Aos amigos da graduação Giu e Mario, por terem sido meus parceiros fundamentais, por vivenciar comigo a escrita dos primeiros trabalhos acadêmicos e participações em eventos. Sobretudo ao Mario que ouviu minhas lamentações durante o mestrado por incontáveis dias com paciência e disponibilidade. Obrigada pelas risadas proporcionadas e por sempre enfatizar que acredita no meu potencial.

À Joice e Elis, amigas que o Patronato me proporcionou e que levarei para a vida. À Patrícia, Evelin e Angélica, por estarem ao meu lado desde a época da graduação e por todos os momentos compartilhados.

Às profissionais que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Guarapuava, pela acolhida nas reuniões mensais da rede, pela disponibilidade em colaborar com a pesquisa e pelas contribuições que trouxeram.

Às pessoas que passaram pela minha vida profissional e que foram fundamentais nesse processo. À Jaque, quando orientadora do Patronato, que me incentivou em todas as etapas de seleção para o mestrado. À Andreia, Rosana e Vilma, quando na Prefeitura Municipal de Guamiranga, que compreendendo a importância da qualificação profissional, não mediram esforços para possibilitar que a conclusão desta etapa fosse possível.

À equipe CREAS de Guamiranga, por entender minhas ausências em alguns momentos pelos compromissos do mestrado, em especial à Ana e Bruna que sempre procuraram auxiliar naquilo que era possível para facilitar esse processo, pelas conversas nos intervalos e pelos momentos de descontração que tornam a rotina mais leve.

À CAPES, pelos subsídios para a realização desta pesquisa.

A todos e todas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste objetivo. Obrigada!

"As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas".

Marielle Franco

Em 08/03/2018, ao receber flores de um homem no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, enquanto fazia um pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher.

PIENEGONDA, Fernanda Keli. **Gênero e Políticas Públicas: o atendimento a mulheres vítimas de violência no município de Guarapuava-PR.** 2018. 81 p. [Dissertação de mestrado] Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Irati, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa buscou refletir sobre as práticas de políticas públicas que permeiam o atendimento às mulheres vítimas de violência no município de Guarapuava (PR). Trata-se de uma pesquisa qualitativa a qual procurou compreender essas práticas valendo-se da metodologia da pesquisa participante, que se deu pela participação nas reuniões mensais da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do município de Guarapuava (PR), nos meses de fevereiro a dezembro de 2017. Para a coleta de dados foi aplicado ainda um questionário às profissionais que compõem a rede acerca das suas percepções a respeito das Políticas Públicas para Mulheres no município. Nesta etapa, participaram 14 profissionais, de diversas profissões e áreas de atuação, tais como psicologia, serviço social, enfermagem, polícia civil e militar, dentre outras. Esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as principais políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional, as delegacias especializadas de atendimento, uma breve contextualização acerca da Lei Maria da Penha, conceituação das redes de atendimento e alguns dados relativos ao Estado do Paraná, bem como os serviços existentes a nível estadual. O segundo capítulo apresenta dados relativos ao município de Guarapuava (PR), no que tange ao histórico das Políticas Públicas para Mulheres no município, da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e sua atuação, bem como se dá a articulação da Rede de Enfrentamento no município. No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os dados coletados com as profissionais da rede a fim de entender como se dão os atendimentos no município, por meio de questionário sobre o preparo dos profissionais para tal e sua percepção acerca do serviço prestado no município. Um segundo ponto importante foi a discussão sobre a produção de subjetividades. Dentro dessa perspectiva, a observação participante foi fundamental para perceber de que forma a construção da rede se dava nas reuniões ordinárias da Rede de Enfrentamento à Violência do município de Guarapuava (PR). A partir deste estudo pode-se perceber que, apesar de muito recente, a implementação de Políticas Públicas para Mulheres constituiu-se como um divisor de águas na política local. Destaca-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e sua atuação no município, tendo em vista a articulação com as políticas públicas nacionais e articulando a rede de atendimento para o debate e efetivação de políticas públicas. As profissionais que compõem a rede de atendimento demonstraram-se em sua grande maioria comprometidas com o trabalho que realizam e reconhecem a importância da capacitação profissional. Estas enfatizam também a carência que ainda existe em relação à estrutura física e de recursos humanos nos serviços ofertados no município, o que demonstra pouco interesse do poder público em investimentos nesta política.

Palavras-chave: Gênero. Guarapuava. Políticas públicas. Rede de atendimento. Violência contra a Mulher.

PIENEGONDA, Fernanda Keli. **Gender and Public Policies: services for women victims of violence in Guarapuava city, Paraná.** 2018. 81 p. [Master's Degree Thesis] Interdisciplinary Graduate Program in Community Development. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Irati, 2018.

ABSTRACT

This study aims at discussing about how public policies have assisted women victims of violence in Guarapuava city, Paraná. It is a qualitative approach, which sought to understand such practices guided by participative research method, whereby researcher attended monthly meetings from February to December in 2017, and these meetings have been led by Network for Addressing Violence against Women, situated in Guarapuava-PR. Even to collect data, one administered a questionnaire asking professionals that work at the mentioned group, what are their perceptions concerning the public policies for women in the city. Fourteen professionals from different occupations and sectors such as psychology, social service, nursing, military and civilian polices, among others attended this step. Thus, following thesis is divided into three chapters. First chapter presents main national public policies related to addressing violence against women and specialized police station, a concise review about Brazilian Maria da Penha Law, conceptualization of service networks, and some information about Paraná state, as well as services statewide. Second chapter presents information related to the Guarapuava city in respect of the public policies history dedicated for women, likewise about Secretariat of Policies for Women and its actions, and how are articulated the ones Network for Addressing has taken. In the third chapter, the corpus composed of data collected with professionals above mentioned is provided and discussed, in order to understand how Guarapuava city has managed services, by means of a questionnaire about professionals' training and perception on such services. Another important aspect in this section is the discussion about building subjectivities. On this view, participative research was crucial to realize in what way network took form in ordinary meetings of Network for Addressing Violence in Guarapuava city, PR. Based on this study, it is possible to notice that implementation of Public Policies for Women is recent, but an important turning point in the local politics. Therefore, one highlights the creation of Secretariat of Policies for Women and its actions in the city, bearing in mind articulation that occurs with national public policies and service networks to indispensable discussions, and consequently, promoting achievement of public policies goals. Professionals that composed service networks were engaged into their work, and they acknowledged technical skills are quite important. These professional point out lack of human resources and emphasize that physical structure is precarious concerning to the public services offered in the city, which raise low investment and a far view on this issue.

Keywords: Gender. Guarapuava. Public Policies. Services Network. Violence against Women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM - Batalhão de Polícia Militar

CEJIL - Centro pela Justiça e o Direito Internacional

CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CPMIVCM - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEAM ou DDM - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IML - Instituto Médico Legal

LHAG - Laboratório de História Ambiental e Gênero

MMP - Movimento das Mulheres da Primavera

NEDDIJ - Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

PIB - Produto Interno Bruto

PPGDC - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário

RiaMulher - Rede Interinstitucional de Atenção à Mulher em Situação de Violência

SAE - Serviço de Atendimento Especializado

SDP - Subdivisão Policial

SEDS - Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro 1 - Demonstrativo dos equipamentos existentes no Estado do Paraná.....39
Figura 2 - Gráfico 1 - População ocupada por posição na ocupação em Guarapuava (Estatísticas de Gênero IBGE 2010).....43
Figura 3 - Gráfico 2 - População ocupada por setores de atividade (pessoas) em Guarapuava (Estatísticas de Gênero IBGE 2010).....43
Figura 4 - Quadro 2 - Nome fictício das profissionais entrevistadas, profissão, local de trabalho e há quanto tempo atua naquela instituição.....52
Figura 5 - Gráfico 3 - Grau de conhecimento das profissionais acerca das teorias de gênero.....55
Figura 6 - Gráfico 4 - Grau de conhecimento das profissionais acerca da Lei Maria da Penha.....55
Figura 7 - Gráfico 5 - Avaliação da estrutura e do trabalho da rede pelas profissionais.....57
Figura 8 - Fluxograma 1 - violência sem lesão.....60
Figura 9 - Fluxograma 2 - violência com lesão.....60
Figura 10 - Fluxograma 3 - violência sexual.....61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
CAPÍTULO 1 - Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: das delegacias às redes de atendimento às mulheres em situações de violência 27
1.1 As Delegacias especializadas de atendimento às Mulheres (DEAMs) 28
1.2 Lei Maria da Penha 30
1.3 Lei do Feminicídio 31
1.4 A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência 32
1.5 A Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR 33
1.6 A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher 34
1.7 Outros serviços 35
1.8 O Estado do Paraná 36
1.9 Rede de atendimento à mulher em situação de violência no Estado do Paraná 38
CAPÍTULO 2 - Políticas Públicas para as Mulheres em Guarapuava: uma trajetória recente 41
2.1 Indicadores de Guarapuava 41
2.2 A Secretaria de Políticas para as Mulheres 45
2.3 A Rede de Enfrentamento em Guarapuava 48
CAPÍTULO 3 - Violências Visíveis, Dores Partilhadas: as subjetividades no atendimento à mulher em situação de violência em Guarapuava 52
3.1 As protagonistas do atendimento às mulheres em situação de violência 52
3.2 Por que trabalhar com mulheres em situação de violência? 56
3.3 O atendimento por quem atende 57
3.4 Fluxo do atendimento à violência contra a mulher 59
3.5 As Subjetividades e as vivências partilhadas 62
CONSIDERAÇÕES FINAIS 69
REFERÊNCIAS 71
APÊNDICES 76

APÊNDICE A.....77
APÊNDICE B.....81

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar as práticas de políticas públicas que permeiam o atendimento às mulheres vítimas de violência no município de Guarapuava (PR).

É importante ressaltar que esse tipo de atendimento não é exclusivo de Guarapuava; parte de uma implementação nacional baseada em debates anteriores, em que dialogaram diferentes segmentos da sociedade. Tal política é produto, portanto, de um esforço recente de produzir uma atuação afirmativa, no caso específico, destinada às mulheres.

Destaco que esta pesquisa é fruto de inquietações existentes desde a minha graduação em Psicologia (2014), mais precisamente no último ano do curso, em que por uma parceria entre a Faculdade Guairacá e a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava, abriu-se um campo de estágio para acadêmicos do curso de Psicologia no atendimento às mulheres que se dirigiam até a delegacia da mulher do município para registrar o Boletim de Ocorrência. Foi aí que se deu o primeiro contato com o tema da violência contra as mulheres.

Nesta ocasião, mesmo sem saber como se daria e movida pela curiosidade por se tratar de um novo campo de estágio no curso, eu e outras quatro colegas de turma optamos pela escolha deste estágio, dentre outros campos possíveis, tais quais escolas, empresas e serviços de saúde pública. De início, mostrou-se como um desafio e tanto para as instituições que ofertavam o campo de estágio e também para aquela que se propunha a realizá-lo. Antes de adentrar ao campo as acadêmicas precisavam realizar uma breve aproximação teórica, para entender as facetas que envolvem esse tipo de violência, e, portanto, foi neste momento que ocorreu o meu primeiro contato com as teorias de gênero.

Por se tratar de um estágio em Psicologia de caráter institucional, foram discutidas algumas questões referentes ao funcionamento da rede de atendimento no município e as acadêmicas apresentavam aos gestores da secretaria da mulher e da delegacia algumas percepções em relação ao funcionamento destes serviços. Pode-se dizer que ao final do referido estágio, além do aprendizado, restaram latentes muitas inquietações no que tange à articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Desde então, surgiu a necessidade de pesquisar

essa temática, de maneira mais aprofundada, especialmente em relação à rede de atendimento às mulheres vítimas de violência no município de Guarapuava.

Dessa forma, busca-se, nesta dissertação, analisar de que maneira as políticas públicas de enfrentamento a essa violência têm sido efetivadas no Brasil, tendo como Guarapuava um estudo particular, mas que oferecerá subsídios para trabalhos comparativos em relação a cidades de mesmo porte de outras regiões no país. Outra preocupação do trabalho é caracterizar a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência de Guarapuava (PR) identificando de quais áreas de formação provêm as profissionais dos serviços, e, principalmente, as qualificações que recebem para tal e como se percebem na realização desse trabalho.

Esta dissertação insere-se no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e está vinculada à linha de pesquisa~~:~~ Cultura, práticas sociais, formação humana e desenvolvimento comunitário. É um trabalho situado, de maneira interdisciplinar, no desenvolvimento comunitário.

Ao discorrer sobre politicas públicas, Celina Souza (2006) aponta que não há uma única definição deste conceito. Para a autora esse campo se resume como aquele que busca “colocar o governo em ação”, analisar essas ações e quando necessário, promover mudanças no curso dessas ações. É através das políticas públicas que os governos aplicam seus intentos traduzidos em programas e ações que visam produzir mudanças almejadas no mundo social.

Farah (2004) utiliza-se da definição de política pública como um curso de ação do Estado, que se orienta por determinados objetivos e que sempre reflete um jogo de interesses. Já um programa governamental consiste em uma ação de menor abrangência em que uma política pública se desenrola. Em relação às políticas públicas com recorte de gênero, a autora assinala que:

> são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres - como as ações pioneiras do início dos anos 80 - quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente (FARAH, 2004, p. 51).

A rede de enfrentamento no município de Guarapuava foi criada no ano de 2008, anterior à criação da Secretaria de Políticas para Mulheres que foi criada

apenas em 2013. Em 2013 a lei de criação da rede é alterada de Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Município de Guarapuava para Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Município de Guarapuava. A partir de então a coordenação dessa rede fica a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Atualmente é formada por órgãos ligados ao poder judiciário, secretarias de saúde, educação, assistência social, universidades, dentre outros.

Sabe-se que as desigualdades de gênero que alicerçam a violência contra as mulheres fazem parte de nossa sociedade há séculos. Por muito tempo, inclusive, a dominação masculina foi legitimada na sociedade patriarcal. É perante estas desigualdades, e a consequente opressão vivenciada pelas mulheres por séculos, que os movimentos feministas vêm já há algumas décadas se manifestando no sentido de garantia de direitos e a busca pela igualdade de gêneros.

Luciene Alcinda de Medeiros (2011) aponta que no campo das lutas do movimento feminista, o tema da violência doméstica contra a mulher sempre teve seu espaço na pauta de reivindicações do movimento. Tal pauta foi sendo construída por meio de denúncias, no que diz respeito ao contexto dos assassinatos em nome da “legítima defesa da honra”, através de manifestações, elaboração de panfletos e cartilhas, e na atuação com as mulheres vítimas de violência com a criação do SOS-Mulher, dentre outros.

Em relação aos crimes em “legítima defesa da honra”, vários crimes cometidos por parceiros íntimos contra a mulher ganharam repercussão nacional e foram importantes para que o tema da violência contra a mulher ganhasse visibilidade no cenário nacional e no movimento feminista, ajudando a romper com o estigma de que essa violência acontece apenas com mulheres, pobres, negras e de baixa escolaridade e é praticada também apenas por homens com essas características e que residem nas periferias (MEDEIROS, 2011).

Zimmermann (2009, *apud* RIBEIRO, 2010, p. 44) aponta para os anos 80 em que o tema da violência doméstica ocupa boa parte da agenda das reivindicações feministas e o aumento dos estudos sobre a matéria. Um dos fatores que impulsionaram as primeiras campanhas públicas feministas no Brasil foi “o episódio do assassinato de Ângela Diniz em 1976, e a absolvição do agressor que usou o argumento de tê-la matado em legítima defesa da honra”. O desfecho dado a esse caso foi considerado símbolo do machismo. Foi dado ao homem o direito de matar

pela honra, sendo que, alegando traição, o crime deixava de existir. “A eliminação da mulher era um direito legitimado”.

No Brasil, o movimento feminista e de mulheres, desde a década de 70, vem utilizando-se de estratégias para dar visibilidade à violência contra a mulher como questão social e de saúde pública. Desde então, graças a esses movimentos, algumas conquistas foram alcançadas neste âmbito. Conforme aponta Heloisa Hanada (2007) uma das mais relevantes ocorreu no ano de 1994, em Belém do Pará, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, quando vários países assinaram o compromisso de garantir os direitos das mulheres e promover ações de enfrentamento à violência.

Nessa mesma convenção, de acordo com Maria Goretti David Lopes (2015, p. 174-175), também é definida a violência contra a mulher como sendo “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

Outro avanço que emergiu das demandas do movimento feminista, foi a criação das delegacias da mulher. Segundo Wânia Pasinato e Cecília MacDowell Santos (2008) a primeira Delegacia da Mulher no Brasil foi criada em 06 de agosto de 1985, com o Decreto 23.769, que estabeleceu que esta deveria investigar determinados “delitos contra a pessoa do sexo feminino”, previstos no Código Penal. Esse decreto esclarece que os atendimentos deveriam acontecer somente com policiais do mesmo sexo, ou seja, por mulheres.

Apesar dos mecanismos já existentes, ocorreu que a farmacêutica Maria da Penha Fernandes, que vinha sofrendo violência por parte do seu cônjuge, procurou a justiça brasileira por 15 anos, não obtendo auxílio. Foi quando, em parceria com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), denunciou o país por negligência, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 2001, a Comissão da OEA, responsabilizou o Brasil por negligência e tolerância no que diz respeito à violência contra as mulheres e recomendou medidas a serem tomadas, dentre as quais estava a “adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher” (LOPES, 2015, p. 175).

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), tendo como objetivo elaborar e executar políticas para igualdade de gênero.

Lopes (2005) aponta que neste mesmo ano a bancada feminina da Câmara dos Deputados realizou um importante Seminário sobre a violência doméstica, que contou com a participação especial da referida Secretaria então recém criada.

Em 2006, é instituída a Lei 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Com a promulgação da lei, ocorrem progressivamente avanços no sentido de criação de serviços e formulação de políticas públicas e enfrentamento da violência e desigualdade de gênero.

De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), pensar gênero requer sempre uma abordagem intersetorial e multidimensional na qual as dimensões acima mencionadas sejam reconhecidas e enfrentadas. Além disso, uma política na área de violência contra as mulheres exige uma atuação conjunta para o enfrentamento do problema, que envolva diversos setores, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros, para que se possa dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e de garantir a integralidade do atendimento àquelas que vivenciam tal situação, por isso a importância de uma equipe multidisciplinar de atendimento, no sentido de promover essa integralidade.

Nesta pesquisa foi realizado um estudo referente à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Guarapuava e com os profissionais que fazem parte desta rede, que trabalham direta ou indiretamente no atendimento às vítimas de violência. Para esse fim, um dos instrumentos de coleta de dados utilizado foi um questionário, que se encontra ao final do texto (Anexo I). Foram entregues aproximadamente 20 questionários desta pesquisa durante as últimas reuniões da rede do ano de 2017. Destes, 14 profissionais responderam e devolveram o questionário.

A amostra desta pesquisa foi composta predominantemente por mulheres. Essa característica vai de encontro a um estudo realizado por Tatiana Machiavelli Carmo Souza e Yara Layne Resende Sousa (2015), no Sudoeste goiano, que também revelou a predominância de trabalhadoras do sexo feminino em contextos de enfrentamento à violência contra a mulher.

Outro método utilizado na pesquisa foi a observação participante. De acordo com Maria da Conceição Batista Correia (1999), a observação participante pode ser considerada como uma ferramenta que pode vir a complementar outros métodos, como o da entrevista semi-estruturada ou livre, mas que também pode ser utilizada

juntamente com outras técnicas ou até mesmo de forma exclusiva. Em relação a este método, a pesquisadora aponta ainda que:

> A Observação Participante é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (CORREIA, 1999, p. 31).

Para Pawlowski, Andersen, Troelsen e Schipperijn (2016, *apud* MÓNICO *et al*., 2017) a observação participante se insere em uma abordagem de observação etnográfica, na qual o observador participa ativamente nas atividades de coleta de dados, e é esperado deste a capacidade de se adaptar à situação.

> Inserida no conjunto das metodologias denominadas de qualitativas, a Observação Participante é utilizada em estudos ditos exploratórios, descritivos, etnográficos ou, ainda, estudos que visam a generalização de teorias interpretativas. Foi Malinowski (1978) quem sistematizou as regras metodológicas para a pesquisa antropológica: a ideia que caracterizava o método era a de que apenas através da imersão no quotidiano de uma outra cultura o antropólogo poderia chegar a compreendê-la (MÓNICO *et al*., 2017, p. 725).

A observação participante é, ainda, uma metodologia muito apropriada para o pesquisador apreender e compreender sobre os contextos nos quais se desloca. Essa metodologia permite uma aproximação do cotidiano dos indivíduos ou grupos, de sua cultura, representações sociais e dos seus processos (MARTINS, 1996, *apud* MÓNICO *et al*., 2017).

A opção por essa metodologia aponta para uma participação do investigador dentro da realidade a ser observada de forma “não intrusiva”, o que faz com que compartilhe hábitos e papeis com o grupo observado. Esta é uma posição favorável para observar fatos e comportamentos que poderiam ser contidos ou artificializados, na presença de pessoas estranhas ao convívio do grupo (MÓNICO *et al*., 2017).

As observações dos discursos que permeiam as práticas profissionais só foram possíveis mediante a observação participante, sendo que com a autorização dos membros da rede, foi possível participar destas reuniões como um “nativo”, sem que as participantes se sentissem incomodadas com a presença ou sendo observadas pela pesquisadora.

De fevereiro a dezembro de 2017, com a autorização da secretária de Políticas Públicas para Mulheres do município de Guarapuava e aval dos membros da rede, participei das reuniões mensais da Rede de Enfrentamento à violência do município de Guarapuava (PR), que acontece desde então todas as segundas sextas-feiras do mês. Foram nestas que aconteceu a observação participante, ocasiões em que foram ouvidos relatos dos profissionais, angústias e outras questões muito ricas, que de outra forma poderiam passar despercebidas. Além disso, essas reuniões consistiam em um momento de diálogo e trocas, levando em conta o método etnográfico, conforme aponta Mariza Peirano (2008, p. 6): “etnografia é ação social, é comunicação, é performance”.

Para Clifford Geertz (1989, p. 15), praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Porém, não são as técnicas que definem o empreendimento etnográfico, mas o esforço intelectual que ele representa, um risco elaborado para uma descrição densa, tomando por empréstimo a definição de Gilbert Ryle.

Uma descrição antropológica, conforme aponta Geertz (1989), é interpretativa, interpreta fluxo do discurso social e sua ação consiste em tentar salvar o “dito” em um tal discurso evitando a possibilidade de que esse se extinga ou se fixe em formas pesquisáveis.

Ainda, para o antropólogo:

> Olhar as dimensões simbólicas da ação social - arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum - não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram [...] (GEERTZ, 1989, p. 41).

Outras fontes foram utilizadas na coleta de dados desta pesquisa tais como a documentação da Secretaria de Políticas para mulheres da Presidência da República, de acesso público, sendo que a grande maioria pode ser encontrada no *site* da própria secretaria, além de legislações que também se encontram disponíveis no referido *site* e também no *site* do Senado Federal. Já os dados relativos ao Município de Guarapuava são encontrados nas legislações do município e encontram-se disponíveis no *site* da prefeitura municipal. Também foram utilizados

alguns dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de domínio público.

É importante ressaltar que a pesquisa leva em conta os cuidados éticos em pesquisa na área de Ciências Humanas. Os participantes terão suas identidades mantidas em sigilo e foram informados de que poderiam aceitar ou não participar, bem como tiveram total liberdade para, caso fosse de sua vontade, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Para discutir violência de gênero e políticas públicas, impreterivelmente é necessário pautar-se nas teorias de gênero. Para essa discussão serão utilizadas autoras como Joan Scott que traz a discussão de gênero como categoria de análise. A discussão da teoria destas autoras aparecerá no decorrer do texto. Estas obras serão utilizadas como fontes do referencial teórico a respeito de gênero, mas não serão utilizadas como teorias de análise do objeto.

De acordo com Scott (1995, p. 3), o conceito de gênero surgiu inicialmente entre as feministas americanas que queriam deixar claro o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e indicava rejeição ao determinismo biológico expresso em termos como “sexo” ou “diferença sexual”. De acordo com a autora, “o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social: ambas as categorias atravessam as sociedades históricas e trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres, definindo formas de representar a realidade social e intervir nela” (SCOTT, 1995, p. 3).

Para pensar o objeto serão utilizados como referenciais de análise autores como Pierre Bourdieu, para discutir a questão do corpo de outrem, dominação masculina e violência simbólica, e Heleieth Saffioti, que apresenta uma discussão relacionada à estrutura social patriarcal que reforça essa dominação e, consequentemente, a violência. Esta discussão aparecerá ao longo do terceiro capítulo, onde será feita a discussão de Gênero e Violências.

Para se pensar violência contra as mulheres é preciso antes de tudo recorrer à discussão de gênero. Pode-se pensar o gênero como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Em relação à violência de gênero, segundo Saffioti (1987), esta pode ser definida como tudo que fere os direitos humanos em uma tentativa de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir a obediência e subalternidade de um sexo a outro. Esta é uma forma de

dominação permanente e que está presente em todas as classes sociais, raças e etnias.

Simone de Beauvoir (1980) demonstra sua recusa naquela ideia da naturalidade e aponta como ocorre a construção social dos sexos. A autora contextualiza que atribuem-se diferentes espaços de poder para homens e para mulheres, espaços estes em que a mulher geralmente ocupa lugares de menor empoderamento, de desvalorização e de subalternidade. Não se trata, portanto, de diferenças, mas de desigualdades que são produzidas e reproduzidas em diferentes espaços - no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões, nas profissões, etc.

Nesta mesma perspectiva, em relação aos espaços atribuídos como à mulher, Saffioti (1987, p. 9) discute que:

> A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

Pierre Bourdieu (2017, p. 21) também fala sobre esse processo de naturalização. Segundo o autor, “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”, está objetivado nas coisas, no mundo social, nos corpos e nos *habitus*.

A violência contra as mulheres só pode ser entendida no contexto das relações desiguais de gênero, como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres em uma sociedade sexista e patriarcal. As desigualdades de gênero têm, assim, na violência contra as mulheres, sua expressão máxima que, por sua vez, deve ser compreendida como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Portanto, o conceito de violência contra as mulheres, que tem por base a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, é permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração (BRASIL, 2011).

Pensar gênero por si só já implica levar em conta a questão interdisciplinar, já que tanto a discussão de gênero quanto da violência contra as mulheres não é uma discussão que pertence a uma determinada disciplina, mas que surge de um esforço

de diversos campos do saber na tentativa de compreender e explicar esses fenômenos, devido à sua complexidade.

Cabe aqui apresentar algumas pesquisas que se destacam no âmbito das violências de gênero, políticas públicas e redes de atendimento e que servem como um norte para a realização desta pesquisa.

Na temática da violência contra a mulher, a obra de Lilia Blima Schraiber, Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira, Marcia Thereza Couto Falcão e Wagner dos Santos Figueiredo (2005), intitulada *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*, discute a violência como uma questão de saúde pública, além de relacionar essa discussão a aspectos éticos e jurídicos e fornecer informações relevantes a respeito da rede de assistência à mulher em situação de violência.

Em relação ao campo das políticas públicas de gênero, destacam-se duas pesquisas, a de Marta Ferreira Santos Farah (2004) em que a pesquisadora discute no artigo intitulado *Gênero e Políticas públicas* a inserção das políticas públicas de gênero nos governos; e a de Lilia Guimarães Pougy (2010), que abre o debate sobre alguns desafios da política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e demais políticas públicas em um pós Lei Maria da Penha.

Pasinato e Santos (2008), na obra intitulada *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*, discutem vários aspectos relevantes envolvendo a discussão sobre o surgimento e funcionamento das delegacias da mulher no Brasil, mas também sobre políticas públicas e as redes de atendimento e articulação dos serviços. Ainda em relação ao atendimento e as redes, é importante destacar a pesquisa de mestrado de Hanada (2007), em que a autora discute a inserção dos psicólogos na assistência às mulheres em situação de violência e para tal discute questões pertinentes à violência de gênero, relações interprofissionais e as redes.

Para trabalhar o conceito de redes, uma das obras que se destaca é a de Stela Nazareth Meneghel org (2007), denominada *Rotas críticas: mulheres enfrentando a violência*. Nesta obra, e em diversos artigos com enfoque nas rotas críticas, a pesquisadora discute questões relacionadas a gênero e violências e aos caminhos percorridos pelas mulheres em situação de violência.

Por fim, em se tratando da questão da violência contra a mulher em Guarapuava, duas pesquisas trazem contribuições muito significativas neste campo, as quais contribuem com dados importantes para a realização desta pesquisa.

Trata-se de duas dissertações de mestrado, uma delas intitulada *Perfil da Violência contra a Mulher em Guarapuava*, de Maria Izabel Raimondo Ferraz (2008) e outra nominada de *Perfil Epidemiológico da Violência contra a Mulher em Guarapuava, Paraná: contribuições da Enfermagem*, de Maria Lúcia Raimondo (2010). Ambas as dissertações são provenientes do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPR.

Cabe salientar que esta pesquisa apresenta um viés interdisciplinar voltado ao desenvolvimento comunitário. A interdisciplinaridade, diferente do que muitos ainda equivocadamente acreditam, não consiste na reunião de várias disciplinas, cada qual com sua visão acerca de determinado assunto.

A interdisciplinaridade procura estabelecer conexões entre as disciplinas científicas. Apresenta-se como uma alternativa de equilíbrio a um conhecimento fragmentado e simplificado (MINAYO, 1991). Na reflexão interdisciplinar diferentes disciplinas convergem, rompendo as barreiras existentes entre elas, e geram novos conhecimentos.

> No processo de construção interdisciplinar há então um duplo movimento. Em primeiro lugar, o diálogo da aproximação e da possibilidade que leva a uma busca de aprofundamento das disciplinas no que tange aos conceitos mais fundamentais em segundo lugar, uma busca de síntese que se apropria de "fragmentos convergentes" conseguidos sobretudo na transitividade e complementaridade dos conceitos. Desta forma há uma busca de encontros através de questões comuns e a construção de um saber que se supera e se amplia em relação à disciplina original (MINAYO, 1991, p. 74).

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo são analisadas as principais políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional, as delegacias especializadas de atendimento, uma breve contextualização acerca da Lei Maria da Penha, conceituação das redes de atendimento e alguns dados relativos ao Estado do Paraná, bem como os serviços existentes a âmbito estadual.

O segundo capítulo apresenta dados relativos ao município de Guarapuava (PR), no que tange ao histórico das políticas públicas para mulheres no município, da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e sua atuação, como se dá a articulação da Rede de Enfrentamento no município e quais órgãos estão envolvidos, além de trazer alguns dados relevantes em estatísticas de gênero.

No terceiro capítulo serão apresentados e discutidos os dados coletados com os profissionais da rede a fim de entender como se dão os atendimentos no município por meio de questionário sobre o preparo dos profissionais para tal, tendo em vista a discussão de gênero e violências. Nesse sentido, articular os dados com outros municípios e Estados brasileiros poderão nos mostrar parâmetros de atuação, assim como especificidades no atendimento em Guarapuava.

Um segundo ponto importante será a discussão sobre a produção de subjetividades. Dentro dessa perspectiva a observação participante foi fundamental para perceber de que forma a construção da rede se dava nas reuniões ordinárias da Rede de Enfrentamento à violência do município de Guarapuava (PR). Nestas ocasiões foram ouvidos relatos dos profissionais, angústias, questões muito ricas que de outra forma poderiam passar despercebidas. Assim, este capítulo dará destaque não apenas à forma de atendimento, mas a construção das subjetividades dessas profissionais diante do universo de atendimento à violência.

CAPÍTULO 1

Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: das delegacias às redes de atendimento às mulheres em situações de violência

Neste capítulo são analisadas as principais políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional, as delegacias especializadas de atendimento, uma breve contextualização acerca da Lei Maria da Penha, conceituação das redes de atendimento e alguns dados relativos ao Estado do Paraná, bem como os serviços existentes a âmbito estadual.

Conforme assinala Farah (2004), o campo de estudos de gênero no Brasil consolida-se no final da década de 70, simultaneamente ao fortalecimento do movimento feminista no país. Entretanto, a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas até pouco tempo atrás ainda era um tema pouco explorado.

Nesse mesmo período destacam-se importantes transformações no âmbito das relações entre Estado e sociedade no Brasil. Concomitantemente à mudança de regime, após mais de duas décadas sob regime ditatorial, os anos 80 também foram marcados pela crise do nacional-desenvolvimentismo, como também por mudanças nas políticas públicas, constituídas ao longo das décadas anteriores (FARAH, 2004).

Nesse processo, a autora enfatiza a presença marcante dos movimentos sociais tanto na luta pela democratização como nas reivindicações ligadas ao acesso aos serviços públicos e melhorias na qualidade de vida. Nesse primeiro momento já estavam presentes as mulheres e a problemática de gênero (FARAH, 2004).

Farah (2004, p. 51) aponta para a constituição das mulheres como sujeito político por meio de mobilizações em torno da democratização do regime e de questões que atingiam os trabalhadores urbanos pobres, como baixos salários, alto custo de vida, acesso precário aos serviços públicos. Ao tempo que acusavam as desigualdades de classe, as mulheres nesses movimentos “passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher”.

> Nessa discriminação de temas ligados à problemática da mulher, houve uma convergência com o movimento feminista. O feminismo, diferentemente dos 'movimentos sociais com participação de mulheres', tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista - assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres - contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto - à medida que a democratização avançava - a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (FARAH, 2004, p. 51).

Eva Alterman Blay (2003, p. 91) assinala que ao longo das décadas de 60 e 70, feministas de classe média, assim como militantes políticas contra a ditadura e diversas intelectuais juntaram-se a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. O que as unia provavelmente era "uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas". Formou-se um vasto movimento de mulheres, unido por um inimigo em comum.

Farah (2004) assinala que, como fruto do impacto causado por esses movimentos, começam a serem implantadas na década de 80 as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, políticas públicas essas que reconhecem as diferenças de gênero e programam ações específicas para as mulheres. São essas políticas públicas que serão discutidas a partir deste capítulo.

1.1 As Delegacias especializadas de atendimento às Mulheres (DEAMs)

De acordo com Lia Zanotta Machado (2010), a criação, na década de oitenta, das Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher no Brasil, foi uma resposta ao movimento feminista brasileiro e também é considerada uma invenção brasileira. Schraiber *et al*. (2005, p. 144), corroborando com o que aponta Machado (2010), enfatizam que as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM ou DDM) "foram concebidas pela primeira vez no Brasil, e hoje são uma realidade também em outros países do mundo".

> A intensa mobilização contra os chamados "crimes de defesa da honra", no início dos anos 1980, levou à implementação de diversas políticas públicas voltadas à violência contra a mulher, dentre elas a DDM (SCHRAIBER *et al*., 2005, p. 144).

A primeira delegacia especializada foi criada em São Paulo, em 1985, quando se expande o surgimento de outras delegacias pelo país até 1995. Após isso, as delegacias continuam sendo implantadas, porém, com menor intensidade. No ano de 2000, quase todas as capitais dos Estados brasileiros possuíam uma delegacia especializada, com destaque para São Paulo e Minas Gerais, com o maior número de delegacias espalhadas pelos Estados (MACHADO, 2010).

Conforme apontam Schraiber *et al*. (2005), as DEAMs surgiram para criar condições mais adequadas para que as mulheres pudessem denunciar crimes de natureza sexual ou cometidos por indivíduos que lhe eram próximos, com maior incidência por parceiros ou ex-parceiros, já que quando os denunciavam nas delegacias comuns com muita frequência eram desrespeitadas ou achacadas pelos policiais.

No que tange ao contexto que suscitou o surgimento das delegacias especializadas é possível estabelecer diálogo com Claudia Priori (2007), que assim como Machado (2010), aponta como crucial a demanda feminista pela busca de inserção nas políticas públicas estatais e o surgimento de conselhos como o Conselho da Condição Feminina de São Paulo em 1983, que conforme apontam as autoras, foi o primeiro a propor a criação da primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres em 1985. Ambas as autoras enfatizam essa conquista como um largo passo, já que é possível romper com a invisibilidade deste fenômeno e permitir que a violência seja considerada uma questão pública e que o Estado tome as medidas necessárias para contê-la e punir seus agressores.

> É nesse contexto que se tornou crucial a ideia de delegacias especializadas de atendimento à mulher ou de delegacias de defesa da mulher. Conseguiu-se construir um certo consenso sobre duas assertivas: a prevalência de valores e costumes sociais onde a violência contra a mulher tende a ser minimizada, e a existência de diferenciação entre os olhares masculinos e femininos sobre a violência (MACHADO, 2010, p. 25).

Em 1993, já existiam 125 delas e, em 1999, 307 DEAM espalhadas pelo Brasil. As DEAM aumentaram em muito o número de denúncias de crimes desse tipo no país. Em 1993, a CPI da mulher apontava o quantitativo de 123.131 denúncias, enquanto que em 1999 esse número passou para 411.123 casos. Tal fato é atribuído a um maior número de DEAM, mas também a um maior número de mulheres dispostas a denunciar (SCHRAIBER *et al*., 2005).

1.2 Lei Maria da Penha

Em 2006, é instituída a Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha), que é a primeira lei a dispor sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Com a promulgação da lei, ocorrem progressivamente avanços no sentido de criação de serviços e formulação de políticas públicas e enfrentamento da violência e desigualdade de gênero.

A Lei 11.340/06 abarca diferentes formas de violência, entre elas: a que ocorre no âmbito doméstico, considerado o espaço permanente de convívio de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive pessoas agregadas; no âmbito da família, que compreende a comunidade em que os indivíduos são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, afinidade ou vontade expressa; ou em qualquer relação íntima de afeto em que o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação.

Em relação aos tipos de violência, a Lei 11.340/06, no seu Art. 7º, prevê que são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

> I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
> II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
> III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
> IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
> V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Tal legislação é um avanço significante no país, já que muito pouco tempo atrás os crimes contra a mulher ainda eram vistos como crimes em defesa da honra e imperava a máxima “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

1.3 Lei do Feminicídio

Recentemente, a lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, vem alterar o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal, “para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

De acordo com Adriana Ramos de Mello (2015, p. 49), a Lei nº 13.104/15:

> considera feminicídio quando o crime é praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino: quando envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. A pena prevista para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

A lei prevê ainda aumento da pena de 1/3 até a metade se o crime for praticado: durante a gestação ou nos três meses após o parto; contra pessoa com menos de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) ou com alguma deficiência; na presença de descendente ou ascendente da vítima (BRASIL, 2015).

Para Lisboa (2010) o feminicídio acontece quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou apresenta um ambiente em que as mulheres não encontram-se seguras em suas comunidades ou em seus lares. Também sucede quando as autoridades não cumprem adequadamente com suas funções legais.

Rita Laura Segato (2008, *apud* LISBOA, 2010, p. 65) aponta para a caracterização do feminicídio como “crimes de ódio”:

> Dentro da teoria do feminicídio, o impulso de ódio em relação à mulher se explica como consequência da infração feminina a duas leis do patriarcado: a norma do controle ou possessão sobre o corpo feminino e a norma da superioridade masculina (SEGATO, 2008, p. 37 *apud* LISBOA, 2010).

Ainda segundo Segato (2008, *apud* LISBOA, 2010, p. 65), essa relação de ódio toma corpo quando a mulher vem a exercer autonomia sobre o uso do seu

corpo e desafia as regras de fidelidade, o que configurava então os conhecidos “crimes em defesa da honra”, ou quando a mulher alcança posição de autoridade ou poder.

1.4 A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

O que chamamos de rede nada mais é que o conjunto de serviços articulados no atendimento às mulheres em situação de violência. Como se sabe, a violência doméstica não se trata de um simples problema e se apresenta de variadas formas, bem como a transformação dessa situação requer, em muitos casos, um amplo leque de serviços assistenciais.

De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o conceito de rede de atendimento:

> refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras (BRASIL, 2011, p. 29-30).

Segundo este mesmo documento, tanto os governos (federal, estadual e municipal) quanto a sociedade civil possuem um importante papel na prevenção e no combate à violência contra as mulheres, bem como na assistência a ser prestada a estas. Porém, há uma tendência de os serviços se isolarem e desarticularem nas diversas esferas de governo. É aí que surge o trabalho em rede, com uma proposta de articulação dos serviços e a fim de evitar a fragmentação dos mesmos, por meio de ações coordenadas dos diferentes âmbitos governamentais e com apoio e monitoramento destes serviços também por organizações não governamentais e esfera civil (BRASIL, 2011).

A necessidade da criação e articulação da rede leva em conta a rota que a mulher em situação de violência percorre. Tal rota possui diferentes portas de entrada para o serviço “(serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços da assistência social), que devem trabalhar de forma articulada no sentido de prestar

uma assistência qualificada, integral e não-revitimizante à mulher em situação de violência" (BRASIL, 2011, p. 30).

De acordo com a Política Nacional de Enfretamento à violência contra as mulheres (2011), pensar gênero requer sempre uma abordagem intersetorial e multidimensional na qual as dimensões acima mencionadas sejam reconhecidas e enfrentadas. Além disso, uma política na área de violência contra as mulheres exige uma atuação conjunta para o enfrentamento do problema, que envolva diversos setores, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros; para que se possa dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e de garantir a integralidade do atendimento àquelas que vivenciam tal situação, por isso a importância de uma equipe multidisciplinar de atendimento, no sentido de promover essa integralidade.

Tanto a Lei 11.340/06 quanto as políticas implantadas até o momento preveem vários aspectos a ser levados em conta no atendimento à vítima, porém, conforme Hanada (2007, p. 16), mesmo com a ampliação dos serviços e estudos voltados para o tema, avaliações desse serviço muitas vezes demonstram que "ainda há muitas dificuldades na implantação das políticas e de funcionamento, supervisão e avaliação de serviços que efetivamente garantam a assistência e os direitos das mulheres". Além de que vários autores apontam para um despreparo dos profissionais que trabalham na rede para este atendimento.

1.5 A Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR

De acordo com o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM) (2013, p. 37), "a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) constitui-se no mais importante mecanismo para a elaboração e execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres".

> A Secretaria de Políticas para as Mulheres foi criada através da Medida Provisória nº 103 de 2003, transformada na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. A nova SPM veio substituir a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, criada em 2002 e subordinada ao Ministério da Justiça. Integra a estrutura da Secretaria, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão criado em 1985 e que sofreu inúmeras alterações em suas funções desde

> sua criação. Atualmente, integra a estrutura da Secretaria, contribuindo em suas ações, articulando-se com os movimentos de mulheres, os conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher e outros conselhos afetos ao tema, ampliando o controle social sobre o desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres, bem como o fortalecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero (SENADO FEDERAL, 2013, p. 37).

Mesmo existindo desde 2003, a Secretaria só se equiparou ao patamar de Ministério em abril de 2010, com a edição da MP nº 483, convertida na Lei nº 12.314, de 2010. Desde então, a referida secretaria passou a ser "órgão essencial" da Presidência da República, e a possuir estrutura semelhante a de Ministério (SENADO FEDERAL, 2013).

A partir da elevação do seu *status*, a SPM passou a ter cadeira no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, levando de forma mais intensa a perspectiva de gênero para dentro do órgão, cuja função é assessorar a Presidência no que tange à tomada de medidas desenvolvimentistas do país (SENADO FEDERAL, 2013).

Mesmo com suas atribuições estabelecidas no Art. 22 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, a execução da política não é claramente atribuída à SPM, delimitada como de assessoramento. Mesmo elevada à condição de Secretaria Especial sua existência ainda está atrelada à situação de assessoramento à Presidência na formulação e coordenação da política. Desta forma, "tem o papel de articular junto aos demais ministérios a execução e implementação da política, algo que, apesar da importância para garantir a interseccionalidade da política, reduz o seu poder executivo" (SENADO FEDERAL, 2013, p. 38).

1.6 A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres começa a ser implantada a partir de 2004, com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Tal conferência foi coordenada pela SPM e mobilizou mulheres de todo o país, através das Conferências Municipais e Estaduais e foi a partir das diretrizes estabelecidas pela conferência que o plano foi estruturado (SENADO FEDERAL, 2013).

Tal política se orienta pelos princípios propostos no I e II Plano Nacional de Políticas para Mulheres e baseia-se em oito pontos fundamentais: igualdade e

respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos e participação e controle social (BRASIL, 2011).

> São diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:
>
> - Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao enfrentamento da violência contra as mulheres.
> - Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão da segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública.
> - Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres.
> - Implementar medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial nas áreas de saúde, educação, assistência, turismo, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça.
> - Incentivar a formação e capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial no que tange à assistência.
> - Estruturar a Redes de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2011, p. 32-33).

O objetivo primordial desta política é de “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno”. Seus objetivos específicos são:

> - Reduzir os índices de violência contra as mulheres.
> - Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz.
> - Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.
> - Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento (BRASIL, 2011, p. 35).

1.7 Outros serviços

Schraiber *et al*. (2005) apontam também para o surgimento no Brasil, nas últimas décadas, de instituições que atendem a mulheres, adolescentes e meninas em situação de violência, além de que aumenta a produção de conhecimento científico sobre o tema, surgem conselhos e coordenadorias da mulher a níveis

estaduais e municipais e da assinatura pelo país de diversas Conferências Internacionais, comprometendo-se com o combate à violência baseada no gênero.

Dentre os serviços criados para atender à demanda de meninas e mulheres em situação de violência estão as Delegacias de Defesa da mulher, as Casas Abrigo, Serviços de Atendimento à Violência Sexual e Centros de Referências Especializados, que englobam instituições governamentais e não-governamentais de setores como saúde, segurança pública e justiça. Recentemente também têm sido implementados e ampliados serviços dirigidos aos homens.

> Esses serviços possuem culturas institucionais variadas, operam com diversos profissionais (advogados, assistentes sociais, policiais, psicólogos, médicos, juízes, educadores) com saberes distintos e, por vezes, conflitantes, sobre um mesmo problema: a violência exercida principalmente contra as meninas, adolescentes e mulheres, que em uma grande parcela dos casos atendidos é doméstica (SCHRAIBER *et al*., 2005).

Schraiber (2005) aponta que a avaliação destes serviços ainda é muito rasa e seu funcionamento nem sempre atende a todas as expectativas ou segue aquilo que foi pensado na sua criação. Porém, o fato de existirem locais públicos criados para esse fim, por si só demonstra o reconhecimento da questão e questiona a máxima de que nestes assuntos “não se mete a colher”.

Na segunda metade dos anos noventa se concretiza a implantação dos Juizados Especiais Criminais em decorrência da introdução da Lei 9099/95. Com isso grande parte dos processos dirigidos prioritariamente às Delegacias Especializadas, como de lesões corporais e ameaças, recebidos nestas delegacias, passam a ser elaborados como termos circunstanciados que rapidamente eram encaminhados aos “juizados especiais criminais”.

1.8 O Estado do Paraná

O Estado do Paraná, segundo o IBGE (2016), possui uma população estimada de 11.242.720 habitantes, distribuídos em seus 399 municípios.

Conforme consta no relatório da CPMICVM (2013, p. 524), o Estado é agrupado em 39 microrregiões e destas são formadas dez mesorregiões geográficas, sendo elas: Noroeste, Centro Ocidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana. Na região metropolitana de

Curitiba, da qual fazem parte mais 28 municípios, vivem cerca de 3.260.292 pessoas, que perfaz quase um terço da população de todo o Estado. “Outras importantes cidades paranaenses são Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá”.

O Estado detém o 5º melhor PIB do país (217.290 milhões de reais) segundo dados do IBGE (Contas Regionais do Brasil, 2010, *apud* SENADO FEDERAL, 2013) e é o 6º no *ranking* nacional de IDH que é de 0,820. Apesar destes dados positivos, o Paraná ocupa a 3ª pior posição no *ranking* de violência letal contra mulheres, onde apresenta a marca de 6,4 homicídios por grupos de cem mil mulheres. Além disso, Curitiba é a 4ª capital mais violenta do país, com um número de 10,4 homicídios a cada 100 mil mulheres; 11 municípios do Estado estão na lista dos 100 municípios mais violentos segundo o Mapa da Violência de 2012, sendo que a cidade de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, ocupa a 2ª posição do país, com uma taxa de 24,4 homicídios a cada cem mil mulheres (SENADO FEDERAL, 2013).

Ainda de acordo com o Relatório da CPMICVM (2013), no Estado, em 2013 existiam 24 conselhos municipais e um conselho estadual de políticas para as mulheres. Também funciona desde 2010 a Rede Interinstitucional de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Paraná (RiaMulher), que é composta por representantes de órgãos públicos estaduais e municipais, representantes da sociedade civil e de entidades de classe, movimentos sociais e organizações feministas e movimento de mulheres. São registradas também algumas entidades e organizações não governamentais de apoio às mulheres no Estado:

> Registra-se a atuação das seguintes entidades da sociedade civil no Estado: Comissão da Mulher Advogada da OAB/PR, Rede de Mulheres Negras do Paraná, Rede Feminista de Saúde, Secretaria da Mulher da CUT/PR, Espaço Mulher do Paraná (regional da Rede Feminista de Saúde), Grupo Doula de Curitiba, Instituto de Defesa de Direitos Humanos, Marcha das Vadias em Curitiba e União Brasileira de Mulheres - Seção Paraná, Associação Fênix, Conselho Municipal da Mulher de Colombo, Coordenadoria de políticas públicas para as mulheres de Colombo, Conselho permanente de Direitos Humanos, Conselho Regional de Serviço Social PR, Marcha Mundial das Mulheres, Núcleo de Direitos Humanos da Policia Militar, Programa Mulher de Verdade, rede feminista de Saúde, Secretaria de Gênero e Igualdade Racial da APP Sindicato (CPMICVM, 2013, p. 526).

Da rede socioassistencial no Estado, em 2013 existiam 541 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídos em 395 municípios e 122

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que estariam localizados em apenas 110 dos 399 municípios (SENADO FEDERAL, 2013). Vale ressaltar que os CREAS são agentes fundamentais no que tange ao combate à violência doméstica, visto que são esses órgãos que trabalham diretamente com as famílias em situação de vulnerabilidade, tanto no acolhimento, acompanhamento e orientação às mulheres em situação de violência, quanto aos demais membros da família.

1.9 Rede de atendimento à mulher em situação de violência no Estado do Paraná

No que tange à rede de atendimento à mulher em situação de violência, segundo dados da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná (SEDS, 2012), existem apenas seis centros de referência no Estado, porém, segundo o relatório, sua localização não foi informada (SENADO FEDERAL, 2013).

A CPMICVM (2013) registra a existência de Delegacias Especializadas no atendimento às Mulheres em dezessete municípios do Estado, sendo eles: Apucarana, Araucária, Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Bandeirantes, Campo Largo, Toledo, Almirante Tamandaré e Paranavaí.

Em relação aos Juizados ou varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher, são apontados apenas dois juizados com estas características em funcionamento no Paraná, um em Curitiba e outro em Londrina, que não é exclusivo, tendo em vista que também julga crimes contra crianças e adolescentes. Há registrada também a existência, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, uma Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. No âmbito do Ministério Público existe um Núcleo de Gênero e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que foi criado em 2012, data em que foi realizada a visita da CPMICVM ao Paraná. Já a Defensoria Pública do Estado conta com um Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência, que se localiza em Curitiba, mas que até então não era atuante (SENADO FEDERAL, 2013).

Os serviços de perícia estão distribuídos em dezoito unidades do Instituto Médico Legal no Estado, sendo que a Unidade de Curitiba possui equipe móvel para atender às mulheres vítimas de violência sexual. Em relação ainda às vítimas de violência sexual, no Estado apenas dois hospitais, ambos localizados em Curitiba, realizavam o serviço de abortamento legal à época da elaboração do relatório: o Hospital das Clínicas da Universidade Federal e o Hospital Evangélico (SENADO FEDERAL, 2013).

Os serviços de abrigamento mencionados pelo relatório contavam com cinco casas-abrigo que se localizavam em Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu, sendo que esta última é mantida parcialmente pela hidrelétrica de Itaipu (SENADO FEDERAL, 2013).

Figura 1 - Quadro 1 - Demonstrativo dos equipamentos existentes no Estado do Paraná

Serviços	Quantidade
DEAM	17
Centros de Referência	06
Casas Abrigo	05
Juizados de Violência Doméstica e Familiar	02
Varas de Violência Doméstica e Familiar	00
Promotorias da Mulher	01
Defensorias da Mulher – NUDEM	01
Serviço de Perícia	18
Serviço Especializado de Saúde	02
Hospitais credenciados para o Abortamento Legal	01

Fonte: CPMIVCM

Pode-se verificar a partir dos dados apresentados no quadro acima que dos 399 municípios do estado do Paraná, apenas 17 possuíam Delegacias Especializadas no atendimento às Mulheres à época da elaboração do relatório, o que corresponde a menos de 5% dos municípios do estado. Sabe-se que estas delegacias acabam por abarcar o atendimento de municípios vizinhos que não possuem essa estrutura, o que resulta num comprometimento do serviço ofertado, levando em conta a alta demanda de atendimento.

Depreende-se ainda destes números, que na grande maioria de municípios paranaenses prevalece o atendimento nas delegacias comuns, já que o serviço especializado no atendimento às mulheres é escasso no território paranaense, o que está longe do ideal, tendo em vista o contexto de criação das DEAM's justamente para criar melhores condições às mulheres de denunciar crimes sexuais ou cometidos por parceiros ou ex-parceiros, aos quais encontravam barreiras nas delegacias comuns.

Outro dado alarmante é em relação aos serviços de saúde, sendo que são apontados 18 serviços de perícia no estado, havendo a necessidade frequente de deslocamento das mulheres em casos de violência sexual, bem como de violência física a fim de realizar os laudos periciais necessários. Além disso, os serviços especializados de atenção à saúde das mulheres em situação de violência sexual são ofertados apenas em dois hospitais, ambos localizados na capital do estado, sendo que para a realização do abortamento legal apenas um destes estaria credenciado, o que se mostra totalmente insuficiente, tendo em vista que Curitiba se localiza em um extremo do estado, o que faz com que muitas mulheres, dependendo de sua localização, precisem viajar mais de 600 quilômetros para poder acessar esses serviços.

Neste capítulo foram apresentadas as principais políticas públicas para mulheres em situação de violência em âmbito nacional, bem como os serviços existentes na esfera estatual, no que se refere à distribuição destes em território paranaense. A seguir será feito um recorte a partir do município de Guarapuava (PR), no que tange ao surgimento das políticas públicas no município e como tem se dado a articulação dos serviços locais de atendimento às mulheres em situação de violência.

CAPÍTULO 2

Políticas Públicas para as Mulheres em Guarapuava: uma trajetória recente

Este capítulo apresenta dados relativos ao município de Guarapuava (PR), no que tange ao histórico das políticas públicas para mulheres no município. Destaca-se, nesse sentido, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e sua atuação no município, tendo em vista a articulação com as políticas públicas nacionais.

Além disso, ao longo do capítulo, poderá observar-se como se dá a articulação da Rede de Enfrentamento no município e quais órgãos estão envolvidos, além de trazer alguns dados relevantes em estatísticas de gênero relativas ao atendimento.

2.1 Indicadores de Guarapuava

O município de Guarapuava está localizado no Centro-Sul do Estado do Paraná. Dos cerca de 170 mil habitantes, 85 mil são mulheres (GUARAPUAVA, 2017) e a história socioeconômica e política local esteve atrelada, desde o início do século XIX, a estruturas de poder tradicionais, com o dinheiro concentrado na mão de famílias de origem portuguesa dedicadas à fazenda. Algumas autoras como Marcondes (1998) atribuem a essa estrutura econômica a conformação de um modelo de família patriarcal rural que veio a construir costumes conservadores e subordinação de membros da família ao domínio patriarcal e senhorial (MARCONDES, 1998, *apud* MADUREIRA, 2016, p. 40).

Nos indicadores do Mapa da Violência 2015, organizado por Julio Jacobo Waiselfisz (2015), Guarapuava ocupa a 373ª posição entre os municípios com maior índice de feminicídio do país, com uma taxa de 6,5 feminicídios por 100 mil mulheres, sendo essa taxa superior à média nacional (4,8) e do Estado do Paraná (5,2), para o mesmo período. Entre os anos de 2009 e 2013, 28 mulheres foram assassinadas na cidade.

Segundo boletins de ocorrência realizados pelo 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava, em 2013 somaram-se 511 registros referentes à situação de

violência doméstica e familiar, resultando em uma média de dois boletins de ocorrência por dia. Em 2014, esses registros totalizaram 479 boletins anuais. Já em 2015 os Boletins voltaram a somar a média de duas ocorrências diárias, totalizando 526 até dezembro deste ano (GUARAPUAVA, 2016).

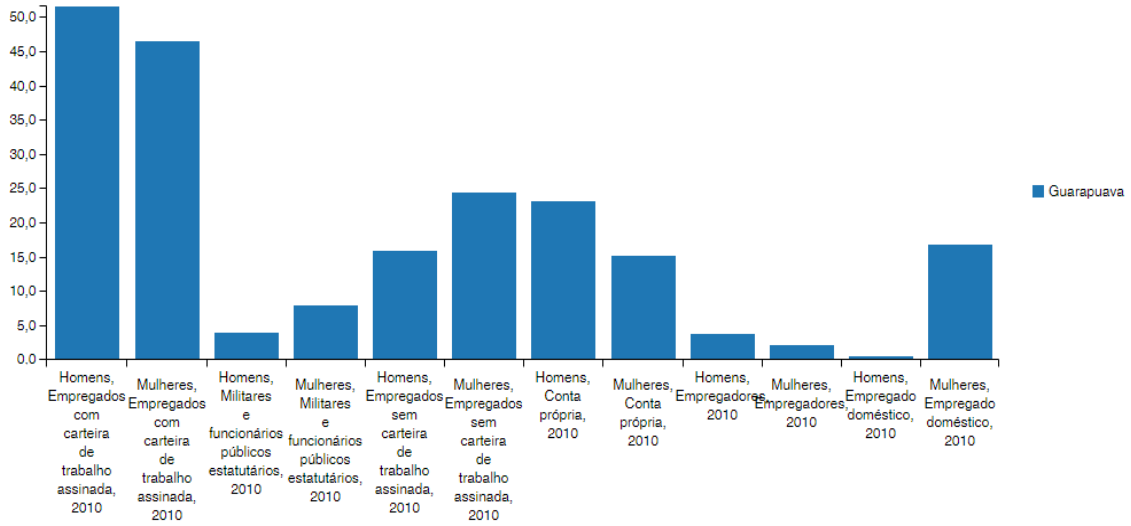
No que tange aos tipos de violência, uma pesquisa realizada por Maria Isabel Ferraz e Liliana Labronici (2009), na delegacia da mulher de Guarapuava, com base em 1183 boletins de ocorrência, aponta para a prevalência da violência psicológica (48,5%), seguida da violência física (33,8%); da moral (16,1%); patrimonial (0,8%) e 0,8% foram vítimas de crimes sexuais. Os principais agressores foram os companheiros (33,3%) e ex-companheiros (20,5%) das mulheres.

Em relação à empregabilidade, das 85.531 mulheres guarapuavanas, de acordo com o IBGE, 33.747 estão em idade apta a exercer uma atividade econômica. 30.811 destas estão ocupadas, sendo que 18.453 (pouco mais da metade) trabalham em empregos formais. No quesito renda, segundo as estatísticas de gênero do IBGE 2010, o rendimento médio das mulheres que têm uma ocupação é 36,1% menor que dos homens em Guarapuava.

Além disso os dados demonstram que, em 2010, 79,4% dos homens estavam ocupados em trabalhos formais para um percentual de 53,5% de mulheres. Em todas as faixas etárias analisadas os homens aparecem em porcentagem superior à de mulheres nesta ocupação (IBGE, 2010).

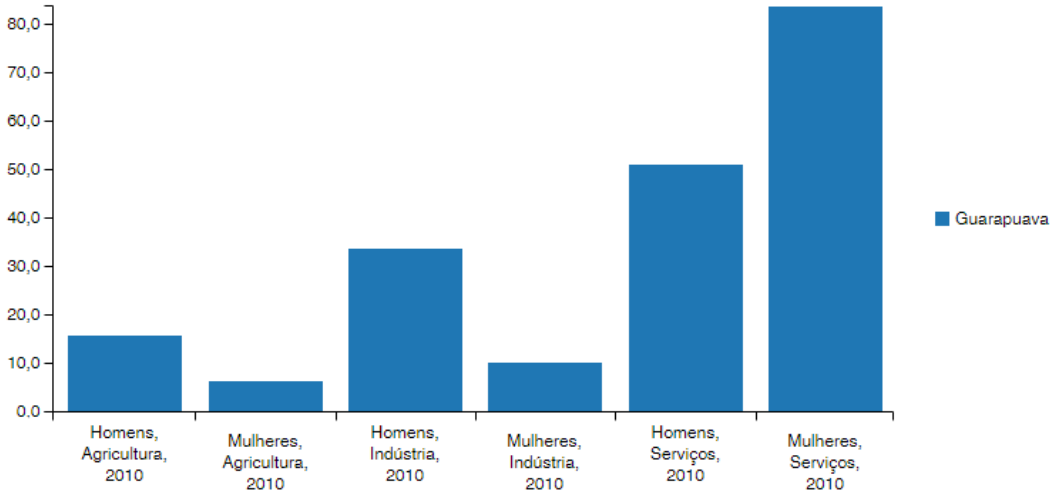
Os gráficos abaixo ilustram a distribuição por ocupação de homens e mulheres em Guarapuava.

Figura 2 - Gráfico 1 - População ocupada por posição na ocupação em Guarapuava. (Estatísticas de Gênero IBGE 2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 3 - Gráfico 2 - População ocupada por setores de atividade (pessoas) em Guarapuava. (Estatísticas de Gênero IBGE 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

De acordo com os dados apresentados nas estatísticas de gênero do Censo Demográfico do IBGE (2010), que podem ser visualizados no Gráfico 1, o número de homens trabalhando com carteira assinada em Guarapuava é superior ao de mulheres em aproximadamente 5%, assim como o de homens que desempenham atividades laborais por conta própria supera em 8% o de mulheres nesta ocupação.

Por fim, a porcentagem de homens empregadores também é superior à de mulheres empregadoras.

As mulheres aparecem em porcentagem superior à de homens na categoria que compreende militares e funcionários públicos estatutários. No que diz respeito aos trabalhadores sem carteira assinada no município o número de mulheres supera em quase 10% o número de homens trabalhando nestas condições. Da mesma forma, as mulheres que trabalham como empregadas domésticas somam 16,8% da população ocupada para um percentual de 0,4% de homens nesta função.

Depreende-se dos dados apresentados que as mulheres ainda representam a maioria dos trabalhadores em vínculos precários de trabalho e de baixa remuneração, como é o caso do trabalho sem carteira assinada e das empregadas domésticas, que embora tenham conquistado alguns direitos trabalhistas nos últimos anos, muitas ainda exercem essa função sem possuir vínculo de trabalho estável e com baixa remuneração.

As mulheres representam a maioria nos serviços públicos (militares e funcionários públicos), funções para as quais o ingresso se dá principalmente mediante concurso público, desta forma, não havendo então distinção de gênero na contratação.

O Gráfico 2 demonstra que as atividades de agricultura e indústria da cidade são ocupadas em sua maioria por homens, enquanto que o setor que mais emprega mulheres é o setor de serviços.

Antes de adentrar no campo específico das políticas públicas, cabe apresentar um movimento que apresenta intrínseca ligação com a estrutura existente hoje no município, o “Movimento das Mulheres da Primavera” (MMP).

De acordo com Karina Bochnia e Rosemeri Moreira (2015), o movimento surgiu em 2003, no bairro Primavera, em Guarapuava, com base na igreja católica e vinculado à necessidade de participação dos católicos na política do município.

O bairro Primavera localiza-se às margens da BR-277 e da PR-466, constituindo-se em um bairro periférico, na entrada da cidade e que “além de residências, de classe média em geral, o bairro possui uma economia comercial, focado principalmente pelo comércio de peças e utilidades de carros e caminhões pelo fato de localizar-se na confluência de duas rodovias” (BOCHNIA; MOREIRA, 2015, p. 5).

As mulheres que participam do MMP são oriundas das classes média e média baixa e têm diversas profissões, tais como: professoras, advogadas, assistentes sociais, donas de casa, empregadas domésticas, cabeleireiras, dentre outras. Há uma grande variação geracional, entre 15 e 60 anos de idade (BOCHNIA; MOREIRA, 2015).

De acordo com o registro em ata a respeito do surgimento do movimento, este surgiu da seguinte forma: "[...] o movimento de mulheres do bairro Primavera, existe de fato a seis anos e de que surgiu como respostas a indignação das mulheres com situações que as oprimiam e com o fim de ajudar-se mutuamente [...]" (BOCHNIA; MOREIRA, 2015, p. 6).

Segundo relatos das participantes, o movimento surgiu em uma roda de conversa de chimarrão em que se questionava o interesse comercial nas comemorações do dia 08 de março (dia internacional da mulher). A partir de uma provocação do que poderia ser feito para mudar isso, surgiu a necessidade de falar alto, para que as pessoas tomassem consciência das lutas e do sofrimento das mulheres. A partir daí foi realizada a primeira Romaria da Mulher, nos moldes da já existente Romaria da Terra (BOCHNIA; MOREIRA, 2015).

Vale ressaltar que, além da necessidade sentida pelas participantes do movimento em engajar-se em uma causa, conforme destacado por Bochnia e Moreira (2015), em janeiro de 2002 havia sido lançado o projeto político da paróquia e este tinha como objetivo eleger uma pessoa do bairro para representar-lhes na câmara de vereadores. Eva Schran foi a candidata escolhida para essa representação.

Schran foi eleita como vereadora no ano de 2008 com 1851 votos. Quatros anos depois, a representante do MMP foi convidada para ser candidata a vice-prefeita da cidade. Em parceria com Cesar Silvestri Filho, elegeram-se com 51.425 votos, representando um percentual de 54,06% da população votante. Eva também foi a primeira secretária da recém-fundada (2013) Secretaria da Mulher, na qual teve como assessoras algumas integrantes do MMP (BOCHNIA; MOREIRA, 2015).

2.2 A Secretaria de Políticas para as Mulheres

A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SPM) de Guarapuava surge no ano de 2013, sendo instituída pela Lei 2.091/13, no dia 08 de março. Isto

se dá devido ao grande número de feminicídios que vinham sendo registrados na região (GUARAPUAVA, 2016).

A criação de uma secretaria que pudesse trabalhar com políticas públicas específicas para mulheres e atuar no enfrentamento à violência contra a mulher já era uma reivindicação dos movimentos de mulheres da cidade, que já vinham se manifestando através da Marcha das Vadias e da Campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero”. Aos poucos esses movimentos foram ganhando espaço e acabaram por culminar na criação da referida secretaria. A partir da criação desta, a então vice-prefeita, Eva Schran, tornou-se a primeira secretária de políticas para mulheres do município. Eva também era militante do Movimento de Mulheres da Primavera e há um tempo já trazia a pauta feminista para a política (GUARAPUAVA, 2016).

Instituída a Secretaria, suas primeiras ações foram no sentido de buscar convênios e parcerias. Foram então concretizados três convênios com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, sendo: para a estruturação da Secretaria (aquisição de móveis, computadores e veículos); para instalação da Casa Abrigo (móveis, eletrodomésticos e aluguel); e de cursos profissionalizantes na área da construção civil.

Conforme apontado no Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava (2016), a referida Secretaria trabalha com dois eixos, sendo eles: “combate à violência contra a mulher e promoção da autonomia econômica das mulheres”. No que diz respeito ao primeiro eixo, a equipe de trabalho da secretaria é composta por uma equipe técnica multidisciplinar com psicóloga, assistente social e advogada para o atendimento às mulheres em situação de violência; conta com uma Casa Abrigo para as mulheres em risco de morte; e trabalha com a formação e capacitação dos profissionais da saúde, professores, policiais, dentre outros agentes públicos que atendem as mulheres.

No que tange ao segundo eixo, da promoção da autonomia econômica, “a Secretaria já ofereceu mais de 20 cursos profissionalizantes de panificação, informática, mecânica, eletricidade predial, confecção e construção civil. Além de artesanato e incentivo às artesãs locais para venda nas feiras da cidade” (GUARAPUAVA, 2016, p. 5).

Ainda em 2013, o município assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Já no ano de 2014, Guarapuava foi nomeada como

cidade polo para compor a política regionalizada de enfrentamento a violência contra a mulher, seguindo as diretrizes do Pacto. 48 municípios passaram a fazer parte da regional de Guarapuava (GUARAPUAVA, 2016).

Alguns marcos referentes à Política da Mulher em Guarapuava, constantes no Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, são importantes de se destacar. Em 2013, ano de fundação da Secretaria, foi realizada uma campanha contra o assédio sexual e moral no trabalho que teve repercussão na mídia nacional. Foram também realizados quatro cursos profissionalizantes, em parceira com SESI/SENAI: Auxiliar de Serviços Automotivos (20 mulheres matriculadas); auxiliar de eletricidade predial (27 mulheres matriculadas); auxiliar de informática e inclusão digital (44 mulheres matriculadas). Neste ano, a equipe multidisciplinar atendeu 389 mulheres.

Em 2014, dentre as ações desenvolvidas destacam-se a realização de um evento regional de mobilização pelos direitos das mulheres (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar) que atingiu um público de 300 pessoas.

A Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) se fez presente desde o início da Secretaria da Mulher em Guarapuava, quando professoras da Universidade passaram a fazer parte da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Guarapuava. Tais professoras eram vinculadas ao então Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG), laboratório este vinculado ao Departamento de História.

Desta forma, tendo em vista as necessidades locais e a parceria já de longa data entre as instituições, ainda no ano de 2014, teve início o Curso de Extensão “Promoção à autonomia e empoderamento das Mulheres”, para professores da rede municipal de ensino (parceria entre o Governo Federal e a Unicentro).

Além disso, foram realizados outros quatro cursos profissionalizantes gratuitos em parceira com SESI/SENAI: auxiliar de serviços automotivos (31 mulheres matriculadas), auxiliar de eletricidade predial (33 mulheres matriculadas), auxiliar de informática (32 mulheres matriculadas), auxiliar de panificação (26 mulheres matriculadas). Neste ano a equipe multidisciplinar atendeu um total de 608 mulheres.

No ano de 2015, um grande avanço foi a inauguração da Casa Abrigo para as mulheres em risco de morte. Além disso, iniciaram cursos profissionalizantes em

convênio com o Governo Federal, de eletricista, pedreira e encanadora, além da continuidade dos cursos em parceria com o SENAI. A equipe multidisciplinar atendeu 363 mulheres neste ano.

Em 2016 foi organizado o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, marco muito importante, levando em conta que é o plano que norteia as ações de toda a rede intersetorial do município. Continuaram as parcerias de cursos profissionalizantes que formaram novas turmas de mulheres. Até o momento de elaboração do plano a equipe multidisciplinar atendeu 358 mulheres no ano de 2016 (GUARAPUAVA, 2016).

2.3 A Rede de Enfrentamento em Guarapuava

Em Guarapuava, a Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher, foi criada pela Lei 1.777/2008 e alterada pela Lei 2.195/2013. A gestão desta é de responsabilidade da SPM e sua principal função é a de aproximar de forma efetiva, as organizações governamentais e não governamentais, bem como a sociedade civil organizada, ambos trabalhando juntos pela prevenção e erradicação da violência contra a mulher. Além disso, apresentam-se outros objetivos, como identificar e retratar a situação desta violência no município; trabalhar juntos na criação de estratégias ao enfrentamento da mesma; além de pensar em efetivas formas de amenizar o impacto emocional, físico e social pelo qual passam as vítimas e seus familiares (GUARAPUAVA, 2016). A Rede reúne-se mensalmente, para discutir e planejar ações, bem como discutir casos específicos, os quais sejam necessários para a melhor eficiência do trabalho. No momento, no ano de 2017, as reuniões acontecem em toda a segunda sexta-feira do mês, no período da manhã.

A Lei nº 1777/2008, que institui a Rede de Proteção à Mulher em Guarapuava, prevê que a mesma será orientada pelas seguintes dimensões:

> I - PREVENÇÃO - adotando-se medidas preventivas e pedagógicas à erradicação da violência contra a Mulher;
> II - ATENÇÃO - atendendo mulheres vítimas de violência intrafamiliar;
> III - PROTEÇÃO - promovendo meios de impedir atividades reiteradas de violência contra a mulher;
> IV - ACOMPANHAMENTO - buscando a reinserção social, cultural e profissional das vítimas de violência.

Depreende-se das experiências da rede em Guarapuava, que a violência é um fenômeno complexo e que não deve ser combatida de forma isolada. Ao passo em que se registra o boletim de ocorrência, tomando as medidas judiciais necessárias de acordo com a necessidade de cada caso, a rede trabalha em paralelo, de modo a garantir a estas mulheres: "acesso ao trabalho, saúde, creche para os filhos, profissionalização, assistência social, psicológica e jurídica, habitação e segurança". Fazem parte da Rede de Enfretamento entidades como: SPM; Delegacia da Mulher; 14ª SDP Polícia Civil; 16º Batalhão da Policia Militar; Instituto Médico Legal (IML); órgãos da Secretaria de Saúde como Unidades Básicas de Saúde/UPA/Urgência/ Emergência/Hospitais, 5ª Regional de Saúde e o Serviço de Atendimento Especializado (SAE); da Secretaria de Assistência Social, CRAS e CREAS; Conselho Tutelar; Casa Abrigo; Defensoria Pública; Ministério Público da Comarca de Guarapuava; Poder Judiciário; Poder Legislativo; Núcleo de Estudos dos Direitos e Defesa da Infância e Juventude - NEDDIJ - Unicentro; Programa Patronato - Unicentro; Faculdades e Universidades e Movimentos de Mulheres.

A coordenação da Rede de Enfretamento cabe à Secretaria de Políticas para Mulheres, em conformidade com o art. 4º da Lei 2195/2013, bem como devem ser respeitados os seguintes princípios:

> § 1º. Não haverá relação hierárquica entre a Coordenação e as outras entidades participantes;
> § 2º. A coordenação representará a concentração de esforços à organização da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Município de Guarapuava;
> § 3º. Caberá à coordenação estabelecer diretrizes e políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento da eficiência e eficácia da Rede Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Município de Guarapuava, visando o combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº 2091/2013 (GUARAPUAVA, 2013).

Falar de políticas públicas para mulheres e de combate à violência de gênero é também pensar no outro lado desta violência: os homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Neste sentido, a própria Lei nº 11.340/06, em seu artigo 35, inciso V, prevê a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Em relação ao trabalho com os homens autores de violência em Guarapuava, este se iniciou em 2014. Quem realiza este serviço é o Programa Patronato/UNICENTRO, um projeto de extensão vinculado à Universidade que

trabalha com indivíduos em conflito com a lei. Conforme apresentado por Carraro (2017), as ações deste projeto têm como objetivo a redução dos índices de reincidência criminal, da discriminação social, superação dos estigmas pelos indivíduos atendidos, bem como o retorno ao convívio familiar e comunitário.

Tal programa funciona sob a coordenação de um docente da UNICENTRO e é executado por uma equipe multidisciplinar, das áreas de direito, pedagogia, psicologia e serviço social. Cada uma das áreas possui um professor orientador das ações além de profissionais bolsistas recém-formados e bolsistas acadêmicos de graduação. Dentre as atividades desenvolvidas pelos profissionais, estão os grupos reflexivos que são divididos entre as áreas de atuação conforme o delito cometido (CARRARO, 2007).

Dentre tais grupos, a equipe de Serviço Social é que desenvolve os grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Conforme aponta Carraro (2007), este grupo funciona de acordo com os parâmetros estabelecidos no Programa BASTA, do Patronato Central do Estado do Paraná, todavia, a equipe de Guarapuava denominou este grupo de (Re)Pensar, que tem caráter obrigatório e pedagógico. Dentre os objetivos deste grupo estão trabalhar a responsabilização dos homens autores de violência, desnaturalização e desconstrução da desigualdade de gênero e promoção de reflexões acerca da violência e das relações entre homens e mulheres, a fim de romper com o ciclo desta violência.

De acordo com os executores do projeto, desde que se iniciou, até julho de 2016, haviam sido realizadas oito edições, nas quais participaram cerca de sessenta e quatro homens. No mês de maio de 2016, foi realizada uma consulta quanto à reincidência dos participantes do grupo em relação aos crimes da mesma natureza, e constatou-se que até então houve apenas um participante reincidente (GUARAPUAVA, 2016).

Conforme apontado neste capítulo, Guarapuava vinha apresentando elevados índices de violência contra a mulher além do grande número de feminicídios que vinham ocorrendo na região, o que demandava pela criação de políticas específicas para mulheres no município, tendo em vista que este atendimento acabava por vezes atrelado a outras políticas, como de saúde ou assistência social, que devido às suas amplas atribuições, por si só, não dão conta da complexidade deste fenômeno.

Os elevados índices de violência notificados no município e na região de Guarapuava, bem como as reivindicações que os movimentos de mulheres da cidade vinham manifestando, acabaram por culminar na criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, a partir da qual os serviços foram ganhando maior articulação, bem como engajamento de outros setores governamentais e não governamentais na rede de enfrentamento que passa então a ser gerida pela SPM. É nítida a visibilidade que a violência contra as mulheres ganha no município a partir da criação de uma secretaria específica para essa política, até então presente apenas em alguns espaços específicos de discussão.

No próximo capítulo essa realidade será explorada sob a ótica dos profissionais que fazem parte desta política, quem são as protagonistas da execução dessas políticas e como essa vem sendo executada no município, os principais avanços e quais aspectos precisam de maior atenção.

CAPÍTULO 3

Violências Visíveis, Dores Partilhadas: as subjetividades no atendimento à mulher em situação de violência em Guarapuava

Nesse capítulo serão apresentados e discutidos os dados coletados com os profissionais da rede a fim de entender como se dão os atendimentos no município por meio de questionário sobre o preparo dos profissionais para tal, tendo em vista a discussão de gênero e violências. Nesse sentido, articular os dados com outros municípios e Estados brasileiros poderão nos mostrar parâmetros de atuação, assim como especificidades no atendimento em Guarapuava.

Um segundo ponto importante será a discussão sobre a produção de subjetividades. Dentro dessa perspectiva a observação participante foi fundamental para perceber de que forma a construção da rede se dava nas reuniões ordinárias da Rede de Enfrentamento à violência do município de Guarapuava (PR). Nestas ocasiões foram ouvidos relatos dos profissionais, angústias em relação à atuação, questões muito ricas que de outra forma poderiam passar despercebidas. Assim, neste capítulo dará destaque não apenas a forma de atendimento, mas a construção das subjetividades dessas profissionais diante do universo de atendimento à violência.

3.1 As protagonistas do atendimento às mulheres em situação de violência

Figura 4 - Quadro 2 - Nome fictício das profissionais entrevistadas, profissão, local de trabalho e há quanto tempo atua naquela instituição:

Nome fictício	**Profissão**	**Local de Trabalho**	**Há quanto tempo atua no serviço**
Laura	Psicóloga	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM)	1 ano e 11 meses

Monica	Assistente social	SPPM	1 ano e 4 meses
Maria	Atendente	Casa abrigo	3 anos
Beatriz	Psicóloga	SAE	7 anos
Aline	Psicóloga	CREAS	1 ano e 10 meses
Samanta	Psicóloga	Hospital São Vicente	1 ano
Marta	Atendente	Casa abrigo	
Helena	Assistente social	Patronato	
Ana	Assistente Social	CRAS	8 anos
Jaqueline	Escrivã	Delegacia da Mulher	2 anos e meio
Carla	Delegada	Delegacia da Mulher	3 anos
Priscila	Assistente Social	Patronato	6 meses
Graziela	Soldada da Polícia Militar	14º BPM	4 anos
Márcia	Enfermeira	Vigilância sanitária	5 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Participaram desta pesquisa 14 profissionais, predominantemente do sexo feminino, entre 24 e 53 anos, das mais variadas profissões e cargos públicos, sendo elas assistentes sociais, psicólogas, atendentes, policial militar, enfermeira, escrivã e delegada de polícia, predominantemente de cor branca. Das 14 participantes, 10 consideram-se brancas e 4 de cor parda. Os níveis de instrução variam de nível médio ao grau de mestrado.

Em relação às capacitações das profissionais, estas compõem o eixo estruturante da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), intitulado de assistência que engloba fortalecimento da rede de atendimento e capacitação de agentes públicos.

Além disso, o inciso VII, da Lei 11340/06 prevê: “a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia”. Dentre as áreas enunciadas no inciso I estão a de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, além de órgãos como o poder judiciário, ministério público e defensoria pública (BRASIL, 2006).

Das 14 profissionais que responderam ao questionário, 10 afirmaram haver participado de duas ou mais capacitações voltadas à realização do trabalho com mulheres em situação de violência. Quando questionadas se estas trouxeram contribuições reais à sua prática profissional e quais seriam essas contribuições, as avaliações aparecem de forma muito positiva, conforme demonstram os relatos de algumas destas profissionais:

> Sim. A capacitação continuada é fundamental para a qualificação do atendimento as mulheres em situação de violência e me trouxeram o aprofundamento dos conhecimentos referentes às violências de gênero; ciclos das violências; desigualdades nas relações de gênero; legislações pertinentes; direitos das mulheres. (Monica)

> Sim. Ratificou os princípios que já sustentavam minha prática, em especial os de ordem ético-política. Possibilitou ressignificar alguns processos e conceitos e ampliou o repertório de informação e argumentos, além do referencial teórico-metodológico. (Aline)

> Com certeza as capacitações são de grande valia, as trocas de experiência e conhecimento fortalecem a nossa luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher, podendo assim auxiliá-las melhor no combate ao ciclo da violência. (Laura)

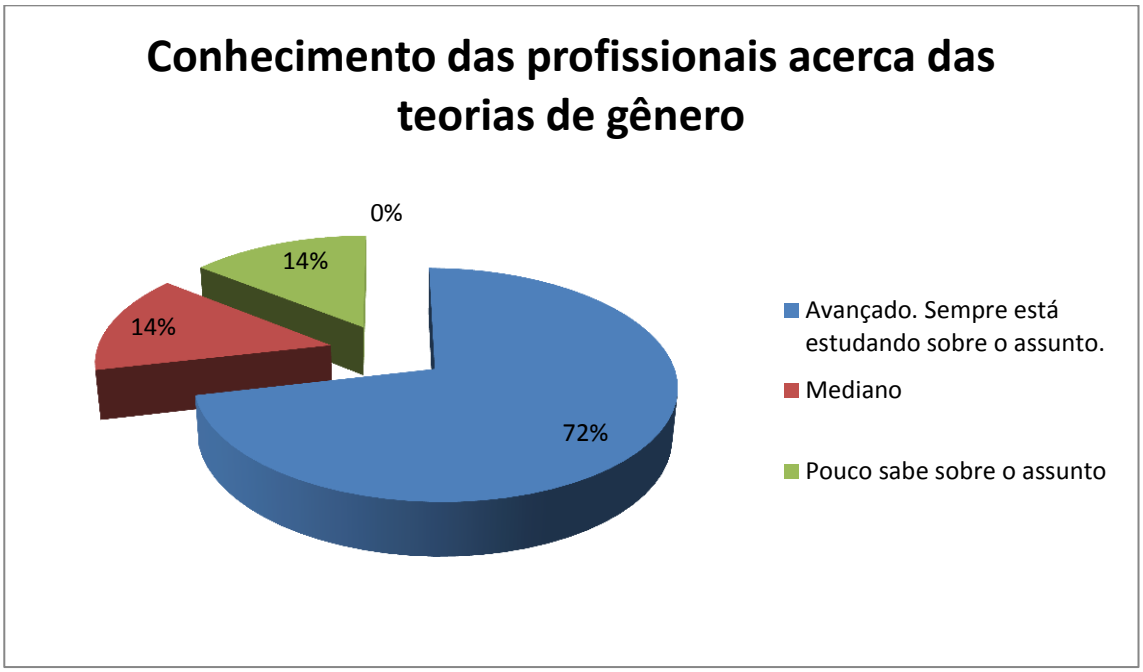
> Sim, todas as capacitações contribuíram para o desempenho das funções de assistente social dentro da unidade, seja através de aprofundamento da legislação pertinente, seja cada vez mais na humanização do atendimento. (Ana)

Da mesma forma, a norma técnica do Ministério da Saúde intitulada “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes” também ressalta a importância da capacitação dos profissionais, enfatizando que:

> Ainda que cada um (a) desses (as) profissionais cumpra papel específico no atendimento às mulheres e aos adolescentes, todos (as) devem estar sensibilizados para as questões de violências de gênero. A capacitação nessa área requer a disponibilidade do (a) profissional em perceber essa problemática como um fenômeno social capaz de produzir sérios agravos à saúde das mulheres e dos adolescentes (BRASIL, 2012).

Desta forma, em relação aos conhecimentos acerca das teorias de gênero, a grande maioria afirmou que está sempre estudando a respeito e considera importante para sua prática profissional.

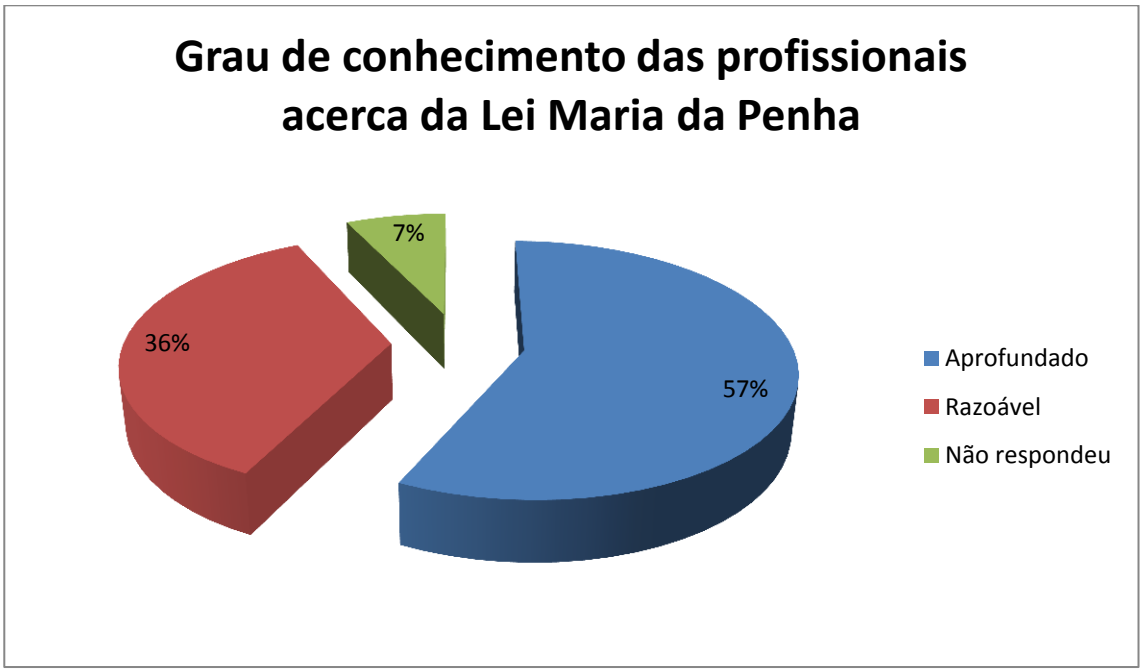
Figura 5 - Gráfico 3 - Grau de conhecimento das profissionais acerca das teorias de gênero



Fonte: Elaborado pela autora.

Já o grau de conhecimento acerca da lei Maria da Penha varia de aprofundado a razoável entre as participantes da pesquisa.

Figura 6 - Gráfico 4 - Grau de conhecimento das profissionais acerca da Lei Maria da Penha.



Fonte: Elaborado pela autora.

Entender qual o nível de aprofundamento acerca das teorias de gênero, bem como da legislação específica que ampara as mulheres em situação de violência, diz muito também do comprometimento das profissionais com a realidade com a qual trabalham. Por ser a violência de gênero, um fenômeno multifacetado, enraigado em questões complexas e que vem sendo perpetuadas culturalmente em nossa sociedade, é importante que o profissional que trabalhará nessa política tenha ao menos uma noção mínima acerca das teorias de gênero para entender o fenômeno com o qual trabalha e afastar de uma visão de senso comum que poderia influenciar negativamente a sua prática ou vir a revitimizar os sujeitos desta.

3.2 Por que trabalhar com mulheres em situação de violência?

Os motivos que levaram essas profissionais a trabalhar direta ou indiretamente no enfrentamento à violência contra as mulheres são os mais variados, conforme demonstrado nos relatos das profissionais abaixo:

> Iniciei o trabalho na secretaria por uma demanda profissional do município. Porém, é um trabalho com o qual me identifiquei pela minha trajetória feminista. (Monica)

> Identificação com a causa; necessidade de realizar novos desafios; desejo de colaborar com o fim da violência; oportunidade de trocar de local de trabalho. (Aline)

> Sempre gostei de trabalhar com situações de violação de direitos, já possuía experiência de CREAS. E atualmente trabalho com o atendimento às mulheres vítimas de violência por assumir concurso público e o cargo era direcionado para a Secretaria de Políticas para Mulheres. (Laura)

> Por perceber o quanto é importante este trabalho e poder de alguma forma ajudar essas mulheres, fragilizadas pela violência sofrida. (Maria)

> A pedido da então secretária Eva Schran me convidou para trabalhar com as mulheres em situação de risco, pela confiança e/ou requisitos. (Marta)

Percebe-se através dos relatos que os motivos que levaram as profissionais a atuar no atendimento às mulheres em situação de violência variam desde uma demanda do município, identificação com a causa, concurso prestado direcionado para o cargo e até mesmo por indicação política.

Como é de interesse dessa pesquisa apontar as subjetividades das profissionais em sua prática, essa questão vem de encontro a esse objetivo, tendo em vista conhecer as motivações que as levaram a inserir-se na política de mulheres do município, seja direta ou indiretamente. O que fica perceptível é que algumas já demonstravam uma identificação com a causa, outras trabalhavam em outras políticas, mas mesmo que por demanda do município identificaram-se com esse trabalho por sua trajetória pessoal.

Essa identificação com a causa que as profissionais apontam, o desejo de colaborar com o fim da violência, de fazer algo por outras mulheres, aparece como um fator que contribui muito para o engajamento destas com o trabalho, bem como com a própria rede, pode-se perceber uma relação com essa identificação com uma participação ativa na rede de enfrentamento.

3.3 O atendimento por quem atende

Na avaliação da estrutura e trabalho da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no município, das 14 profissionais, 04 avaliam como ótimo (29%), 09 avaliam o serviço como bom (64%) e 01 avalia como regular.

Figura 7 - Gráfico 5 - Avaliação da estrutura e do trabalho da rede pelas profissionais

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as que avaliam a estrutura e o trabalho como ótimos, apareceram como justificativas para essa avaliação o fato de as mulheres em situação de violência serem prioridade para a Secretaria; o comprometimento e engajamento da equipe; e a existência de uma rede ativa, atuante e bem estruturada. Além disso,

> Quanto à estrutura, atualmente a Secretaria possui um bom espaço para as atividades individuais e grupais. Quanto ao trabalho, também avalio como bom, tendo em vista o engajamento das profissionais que atuam na secretaria, bem como as articulações constantes que realizam entre os serviços de Guarapuava (em prol do enfrentamento a violência contra mulher) bem como com os municípios vizinhos. (Helena)

Conforme já demonstrado, em sua maioria, as participantes da pesquisa avaliam o serviço como bom. Dentre estas, aparecem justificativas distintas para essa avaliação, conforme será demonstrado a seguir:

> Estou desde o início da rede. Ela produz um atendimento mais eficaz, rápido e eficiente, do que se as pessoas trabalhassem isoladas. Não é ótimo, pois ainda temos resistência para alguns trabalhadores participarem das reuniões. (Beatriz)

> Necessita de mais incentivo, mão-de-obra, recurso e capacitação. (Maria)

> De forma geral os/as profissionais assumiram compromisso com o atendimento de qualidade e fazem o seu melhor para que as mulheres consigam acessar seus direitos. Não obstante, ainda faltam serviços essenciais para abarcar todas as necessidades ou o máximo possível delas, bem como maior sensibilidade entre trabalhadoras e trabalhadores que não atuam de forma direta com as situações de violência, mas cujos serviços são utilizados pelas mulheres que se encontram nessa condição e que pode afetar de forma significativa, benéfica ou prejudicialmente, os encaminhamentos realizados no processo de acompanhamento. (Aline)

> Tem evoluído muito no decorrer dos últimos anos com uma maior articulação, principalmente, a partir da criação de uma secretaria específica de Políticas para as Mulheres. Porém, as instituições que compõe a rede possuem várias carências no que diz respeito a estruturas físicas, recursos humanos e capacitações continuadas que atinjam a todos os agentes que nela atuam. (Monica)

> Falta de capacitação dos profissionais, principalmente no primeiro atendimento (polícia), visto que um atendimento é diferente do outro. Também não há uma sincronização entre os órgãos que atendem as vítimas. (Graziela)

> Via de regra, a cidade de Guarapuava tem uma estrutura superior a encontrada nas demais comarcas do Paraná, contudo, falta uma estrutura adequada à Delegacia da Mulher. (Carla)

Nas justificativas aparecem pontos cruciais onde se encontram as carências do município em relação à efetivação das políticas. Conforme apontou Beatriz, a rede bem estruturada resulta em um atendimento mais rápido, eficiente e eficaz do que se um trabalho sendo realizado de forma isolada. Segundo ela, o trabalho ainda não pode ser considerado ótimo, pois ainda há resistência de alguns trabalhadores em participar das reuniões.

Dentre os pontos positivos do trabalho realizado no município elencados pelas profissionais estão: o fato da rede realizar reuniões mensais, o que possibilita um trabalho contínuo e articulado para prevenção e combate à violência; a postura dos profissionais, pois sempre que há necessidade estão disponíveis para a realização de estudos de caso e para a atuação visando a superação da violência; o fato da gestão acreditar na necessidade de manter um serviço público específico para essa demanda; a divulgação dos trabalhos realizados para que as mulheres saibam como agir para denunciar e sair do ciclo da violência; o apoio que a secretaria fornece às mulheres em situação de violência.

Já entre os pontos negativos destacam-se: a carência de recursos humanos em equipamentos como: delegacia da mulher; IML; CREAS; SPM; a inexistência de uma casa de passagem para mulheres em situação de violência; repasse de recursos financeiros reduzidos; a cultura machista e patriarcal ainda predominante no município e entre alguns profissionais.

Mesmo em sua grande maioria apresentando avaliações do serviço como ótimo ou bom, aparecem carências principalmente em relação à estrutura dos serviços, bem como dos repasses financeiros ainda reduzidos para essa política. Ao que parece essa avaliação positiva se dá mais no que diz respeito à atuação dos profissionais e da rede como um todo do que da estrutura dos equipamentos, já que em muitas avaliações aparecem carências nesse aspecto.

3.4 Fluxo do atendimento à violência contra a mulher

Na questão que se indaga se as profissionais têm conhecimento acerca do fluxo de atendimento do município de Guarapuava e se conhecem os serviços para os quais as mulheres poderão ser encaminhadas todas as catorze participantes responderam que sim.

Abaixo será apresentado o fluxo:

Em caso de violência sem lesão

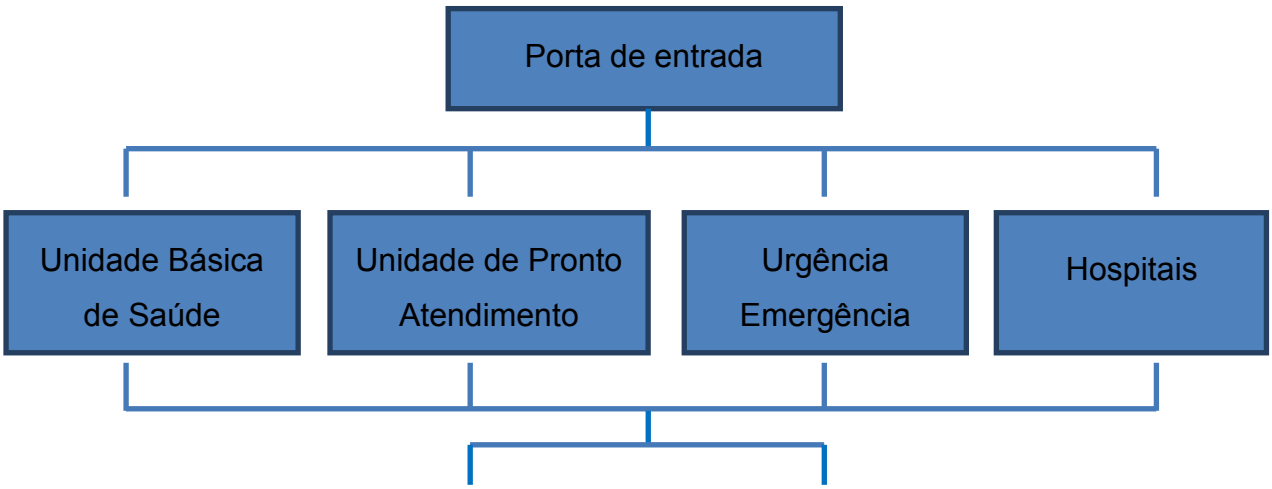
Figura 8 - Fluxograma 1 - violência sem lesão

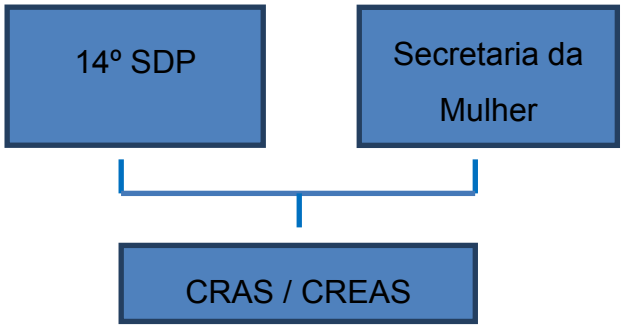
Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (GUARAPUAVA, 2015).

No caso de violência sem lesão, a porta de entrada é preferencialmente a Secretaria da Mulher, tendo em vista que esta dispõe de equipe técnica (assistente social, psicóloga e advogada) para realizar a triagem e encaminhar aos demais serviços da rede de acordo com a necessidade.

Em caso de violência com lesão

Figura 9 - Fluxograma 2 - violência com lesão





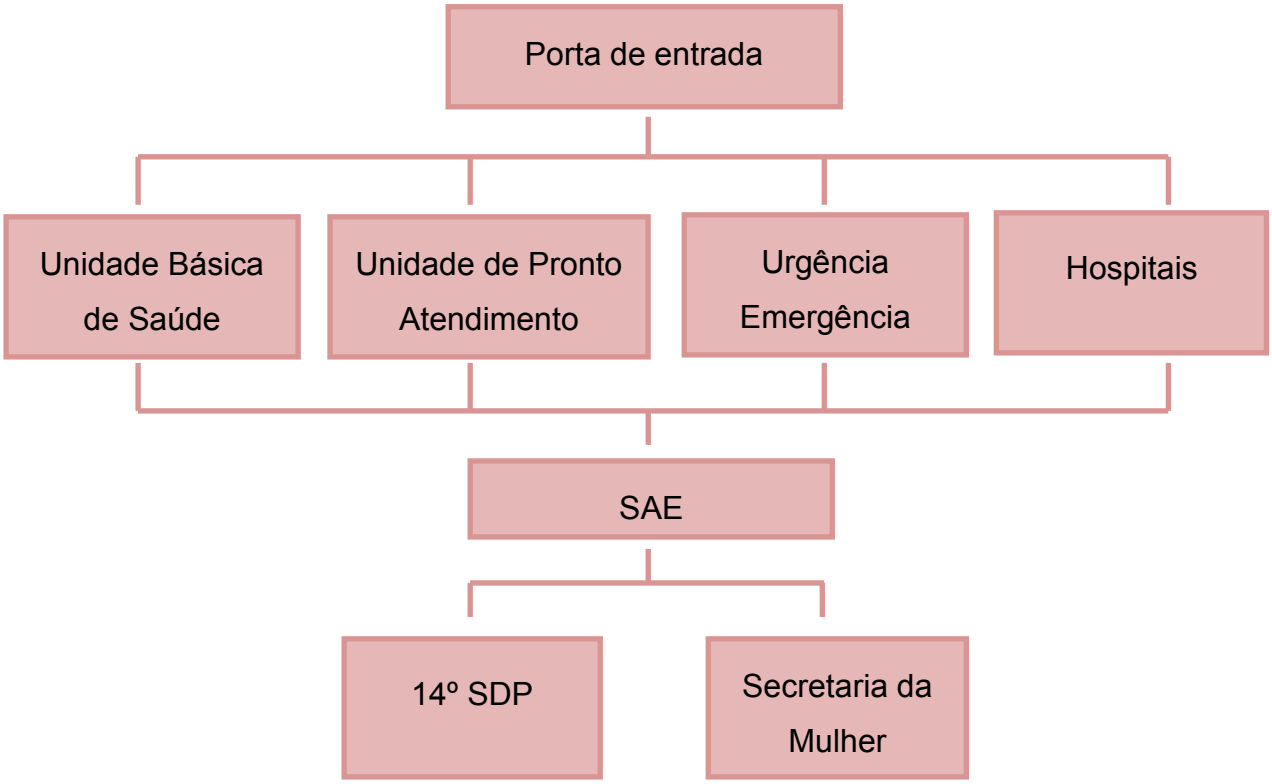
Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (GUARAPUAVA, 2015).

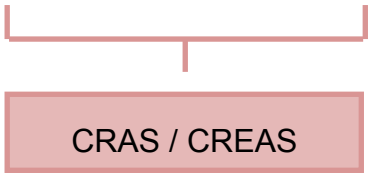
Se tratando de violência com lesão é necessário que a vítima se dirija primeiramente a um serviço de saúde a fim de receber o atendimento necessário em saúde, bem como sejam realizados os procedimentos que as lesões demandarem. Após isso, será encaminhada à delegacia de polícia civil para que possa registrar o Boletim de Ocorrência, ou para a Secretaria da Mulher, caso precise de alguma orientação em relação a este.

Após isso, o ideal é que seja feito o encaminhamento para o CRAS e/ou CREAS do município, a depender da necessidade avaliada pelos profissionais.

Em caso de violência sexual

Figura 10 - Fluxograma 3 - violência sexual





Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (GUARAPUAVA, 2015).

Em caso de violência sexual, da mesma forma que a anterior, a porta de entrada são os serviços de saúde, tendo em vista a necessidade de tomar medidas de urgência como a administração de métodos contraceptivos de emergência e a profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis. Apenas depois de adotadas as medidas necessárias nesse aspecto é que a vítima será encaminhada para o registro do boletim de ocorrência ou para a Secretaria da Mulher.

3.5 As Subjetividades e as vivências partilhadas

Ana Maria Mercês Bock et al. (2001, p. 23) define a subjetividade como a síntese singular que cada indivíduo vai constituindo ao longo de seu desenvolvimento e conforme as experiências que vivencia no âmbito social e cultural. Esta síntese "é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais".

Por trás de cada profissional entrevistada há uma história, uma forma de pensar, agir e de perceber o mundo, esta é a sua subjetividade e de certa forma suas práticas profissionais também têm um pouco de sua subjetividade. Por outro lado, todas seguem normativas de atuação e participam de uma rede com o mesmo objetivo: o enfrentamento da violência contra as mulheres. Esta subjetividade conforme aponta Bock et al. (2001, p. 23) "nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social".

Portanto, esta síntese representada pela subjetividade não é inata ao indivíduo, mas é construída aos poucos, conforme este se apropria da realidade do mundo cultural e social, ao mesmo tempo em que atua sobre este mundo, é ativo na

sua construção. É de certa forma uma relação dialética, do mesmo modo que cria e transforma o mundo o homem cria e transforma a si próprio (BOCK, 2001).

Em relação à subjetividade no campo profissional, Fernando González Rey, Daniel Magalhães Goulart e Marília dos Santos Bezerra (2016, p. 56) destacam que:

> ações profissionais orientadas à mudança e ao desenvolvimento de pessoas e instituições devem integrar ambos os níveis da subjetividade em seus objetivos. Ainda hoje, as práticas no campo da psicologia estão orientadas principalmente a objetivos associados a mudanças individuais e grupais restritas, de modo a não abarcarem os processos das instituições e das sociedades dentro dos quais os comportamentos dos indivíduos e grupos acontecem. Por outro lado, a proposta teórica da subjetividade implica uma concepção dialógica e não instrumental dos sistemas de ações profissionais, atribuindo central importância à capacidade dos indivíduos e grupos de se posicionarem de forma ativa em seus diversos caminhos de vida, emergindo como sujeitos de suas próprias práticas (REY; GOULART; BEZERRA, 2016, p. 56).

Mesmo que unidas por um mesmo objetivo que é o enfrentamento à violência contra a mulher, as profissionais deixam, em seu discurso, transparecer as suas subjetividades marcadas pelo lugar da fala que ocupam (polícia militar, psicologia, serviço social, etc.). Isso fica perceptível na fala de duas policiais na discussão acerca da abordagem policial dos casos de violência doméstica em uma das reuniões da rede. A primeira, antes de iniciar o seu discurso, declara-se feminista, encara a instituição policial como “machista” nas palavras dela, formada em sua maioria por homens:

> Os homens eles acham um saco ter que ir lá atender a mulher, porque ela muitas vezes ela quer dar um susto, daí eles deslocam a viatura, fazem o trabalho deles e amanhã ou depois ela volta com o companheiro. A gente entende o que está por trás disso, nós que estamos aqui, e pra gente como mulher na polícia também não é fácil, a gente sabe que existe a dependência financeira, emocional, que a mulher ela tem os motivos dela pra agir dessa forma, mas pros homens às vezes a gente é motivo de chacota (CADERNO DE CAMPO, 2017, s/p).

Neste sentido, outra policial dá continuidade à fala da primeira:

> A gente que já esteve na rua, a gente entende isso que a tenente está falando, às vezes a gente fica com raiva mesmo. Vocês aqui tem uma visão, e eu entendo, mas quem tá lá na rua, pra gente que já esteve lá é diferente. Porque tem que chegar, muitas vezes o policial coloca a integridade física dele em risco, o cara é violento, a gente se arrisca pra pegar ele, daí a gente faz todo o trabalho e a mulher diz que só queria dar um susto. É complicado, entende? (CADERNO DE CAMPO, 2017, s/p).

Durante as observações e pelas falas das duas policiais, foi possível perceber, que mesmo dentro da mesma instituição, que é a polícia militar, cada uma tem uma visão diferente acerca do mesmo fenômeno. A primeira inicia sua fala declarando-se feminista, deixando claro seu lugar de fala. Esta fala de um fenômeno das mulheres que não conseguem romper o ciclo da violência de como é visto pelos policiais que atendem, mas deixa claro que entende as causas deste fenômeno ocorrer.

Já a segunda policial traz a discussão deste mesmo fenômeno e ao que parece pela sua fala e postura nas discussões do grupo é que seu entendimento é diferente, de quem, como ela aponta, já esteve “na rua”, e quando refere-se ao grupo como “vocês aqui tem uma visão”, deixa claro que não compartilha da visão o grupo.

Diante desta questão, Pereira (2013, *apud* PEREIRA; FERREIRA, 2017) aponta que, diferente ao que parece por uma visão de senso comum, muitas das mulheres que vivem em situações de violência doméstica já tentaram por diversas vezes romper com esse ciclo. Porém, não foram bem-sucedidas devido a causas diversas, como pelas fragilidades psicossociais, mas também em alguns casos pelas limitações das instituições às quais recorreram.

Em outra ocasião, em uma das reuniões mensais da rede, houve a discussão sobre uma suspeita de feminicídio que havia ocorrido recentemente na cidade, em que a vítima, uma pessoa que nunca havia falado sobre a situação de violência que vivia, fez um pedido de socorro à uma amiga da faculdade. O relato foi feito com muita emoção e a narradora, uma professora universitária da rede privada, sentia por ficar sabendo da situação apenas no dia que vítima e suposto autor de violência viriam a se envolver em um acidente automobilístico, que ao que tudo indicava havia sido premeditado por ele.

Muitas profissionais ficaram emocionadas diante do relato da professora. Algumas ainda aproveitaram o momento para falar a respeito de suas angústias, surgiram relatos do sentimento de impotência, de precisar esperar a vítima procurar ajuda e de que quando esta procura muitas vezes já é tarde para que possa ajudá-la.

> Não é o primeiro caso, que a gente fica sabendo de uma situação, que as vezes repassam para nós, que iríamos realizar a busca ativa no dia seguinte, ou que a mulher foi orientada a procurar a Secretaria da Mulher e

> que o faria, mas não deu tempo (pausa emocionada). Dá um sentimento de impotência, de não poder fazer nada para evitar que ela seja mais uma a entrar para as estatísticas (CADERNO DE CAMPO, 2017, s/p).

Isso demonstra que mesmo trabalhando diariamente com situações de violência as profissionais não se veem insensíveis diante da realidade e ainda se emocionam a cada relato ouvido. Pode-se dizer que suas práticas não desenvolveram calosidades, tomando por empréstimo a noção de calosidade profissional utilizada na área de saúde, a que Camon (1998 *apud* 2004) exemplifica que ocorre "quando o profissional, depois de um certo tempo de trabalho, torna-se indiferente à dor do paciente, parecendo insensível". Neste tipo de situação os profissionais se tornam frios e distantes às situações vivenciadas e ao sofrimento do indivíduo.

Sobre o trabalho com o autor de violência, uma das psicólogas coloca que enquanto feminista, enquanto mulher, é difícil pensar no autor de violência como um sujeito que precisa também ser olhado, mas enquanto rede, enquanto profissionais, é preciso também haver o trabalho com os autores de violência, pois de nada adianta amparar a mulher se o homem continuar a reproduzir o ciclo da violência.

Nesse discurso fica perceptível que as subjetividades que constituem os sujeitos também determinam suas ações em determinado aspecto. Para a profissional citada acima, não seria possível pensar o autor de violência como sujeito se pautada apenas por seu lugar de mulher e feminista. Porém, enquanto profissional, a responsabilidade chama a essa reflexão. As próprias reuniões ordinárias proporcionam, em certa medida, essas e outras reflexões acerca das temáticas discutidas.

Pensar as subjetividades nesse contexto se faz importante tendo em vista que se discute e trabalha na prática diária a violência de gênero, especificamente àquela praticada por homens contra mulheres. Posto que os atores da rede de enfrentamento são mulheres, se faz necessário perceber como essa violência as afeta e as constitui enquanto profissionais, tendo em vista que a violência de gênero incide não sobre uma mulher em específico, mas sobre uma categoria. Conforme demonstra Saffiotti (1987), "paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero".

Saffioti (2015) fala de uma interpretação de gênero também como um conjunto de normas que pressupõem papeis a homens e mulheres são expressas nas relações entre estas duas categorias sociais, a autora aponta para a necessidade de expandir o conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher. Para a autora:

> A desigualdade longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos nas tramas de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

Nesse sentido, Bourdieu (2017, p. 56) afirma que as bases que mantém a estrutura de dominação masculina não são a-históricas, pelo contrário, “são produtos de um trabalho incessante (e como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos”, dentre os quais podemos citar instituições como Igreja, Escola, família e o próprio Estado. Dos efeitos que isso produz sobre os dominados, o autor teoriza que:

> Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de desprezo sistemáticos (...) e de maneira mais geral, em sua adesão a uma imagem desvalorizadora da mulher. A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele dispõe para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto (BOURDIEU, 2017, p. 56).

Esse entendimento da relação dominador-dominado explica a dificuldade em sair do ciclo da violência, por estarem fragilizadas a ponto de reproduzir esta estrutura ou até se autodepreciar a ponto de acreditar que são merecedoras de vivenciar aquela situação.

Outra condição que perpetua a relação de dominação é a força simbólica, tratada por Bourdieu (2017) como uma força que se manifesta em forma de poder, que quase como magia é exercida sobre os corpos, sem a necessidade de qualquer coação física, atuando apenas com o apoio das predisposições já colocadas,

inculcadas nos indivíduos por meio das estruturas já perpetuadas das relações de poder e que teve seu trabalho de reprodução garantido até então, principalmente por três instâncias, sendo elas, a Família, a Igreja e a Escola.

Welzer-Lang (1991, *apud* SAFFIOTTI, 2015) assinala que a violência doméstica é masculina, sendo que quando esta é exercida pela mulher geralmente ocorre por delegação do chefe do grupo familiar, que é a figura masculina. Para ele, a dominação-exploração do patriarca é vivenciada desde a infância, seja de forma direta ou por intermédio da mulher adulta.

Em contrapartida a isso, Bourdieu (2017, p. 124) aponta para uma mudança recente ligada ao "fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível". O autor atribui isso principalmente ao trabalho crítico realizado pelo movimento feminista que, em algumas áreas da sociedade, conseguiu romper esse círculo do reforço generalizado. Saffioti (2015, p. 101) também atribui que o movimento feminista, em especial às feministas radicais, trouxe grandes contribuições aos até então chamados de estudos sobre a mulher, utilizando-se do conceito de patriarcado. Segundo a autora, a intenção desta foi bastante política, "a de denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes".

Para Bourdieu (2015), essas mudanças, juntamente com o questionamento das evidências perpetuadas pela dominação, caminham junto com as transformações pelas quais a condição feminina tem passado nos últimos anos, principalmente nas classes sociais mais favorecidas, sendo elas:

> o aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado ao progresso e ao uso generalizado de técnicas anticonceptivas e à redução de tamanho das famílias; é, sobretudo, o adiantamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação da interrupção da atividade profissional por ocasião do nascimento de um filho, e também a elevação dos percentuais de divórcio e queda dos percentuais de casamento (BOURDIEU, 2017, p. 124-125).

Em concomitância às transformações recentes apontadas por Bourdieu (2015), podemos evidenciá-las na realidade da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Guarapuava, sendo que a rede de serviços é formada quase que em sua totalidade por profissionais mulheres, em grande parte com ensino superior, que estão inseridas na esfera pública e que em suas práticas

no atendimento e combate à violência contra a mulher, contribuem para a quebra dos paradigmas da dominação masculina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se do presente estudo que, apesar de muito recente, a implementação das Políticas Públicas para Mulheres constituiu-se como um divisor de águas na política local. Destaca-se, nesse sentido, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e sua atuação no município, tendo em vista a articulação com as políticas públicas nacionais e articulando a rede de atendimento para o debate e efetivação de políticas públicas.

Por entender que o combate à violência doméstica se dá principalmente através da elaboração e execução de políticas públicas efetivas, que possam fornecer e empoderar sujeitos a romper com o ciclo da violência, os atores desta política no município têm se mostrado extremamente comprometidos a colaborar com este fim, sejam eles profissionais da rede socioassistencial, da secretaria da mulher, sistema de justiça e demais órgãos que atendem diretamente as mulheres, sejam os profissionais que vêm realizando o trabalho de ressocialização com os homens autores de violência.

Guarapuava, conforme a análise das profissionais dos serviços possui hoje uma estrutura a contento se comparando com a realidade de tantos outros municípios brasileiros em questão de serviços e estrutura. A maior parte das entrevistadas aponta ainda para uma melhoria no cenário após a Secretaria de Políticas para mulheres. Os dados demostram a diminuição do número de feminicídios no município após a efetivação de políticas públicas nesse âmbito. As profissionais apontam ainda para a importância das campanhas educativas e mobilizações que vêm sendo realizadas em parceria com a rede, que tem resultado em maior sensibilidade para estas questões que antes pouco eram discutidas.

Por outro lado, as próprias profissionais relatam que há o que melhorar principalmente em relação à estrutura física da Delegacia da Mulher e do IML, além da carência em recursos humanos em equipamentos como: Delegacia da Mulher; IML; CREAS; SPM, dentre outras. Destaque nesta questão para a Delegacia da Mulher, que hoje funciona com duas funcionárias efetivas, sendo uma delegada e uma escrivã. Para tentar dar conta dessa demanda foi necessária uma parceria de estágio voluntário com uma faculdade privada da rede de ensino. Acadêmicas de Direito e Psicologia foram treinadas para realizar o atendimento às mulheres que chegam até a delegacia, porém, sabe-se que isso não é o ideal, tendo em vista que

o vínculo de estágio é temporário, não são todos os procedimentos que as acadêmicas podem realizar, constituindo-se apenas em uma tentativa de desafogamento da demanda. Por esses relatos, percebe-se que há pouco interesse por parte do poder público em investimentos neste âmbito.

Outra questão a ser levantada é que conforme se observou na coleta de dados, as políticas públicas na prática são feitas de mulher para mulher, já que não se observa a participação de homens nesse cenário. De todas as reuniões que a rede realizou no ano de 2017, registra-se a presença de um homem, assistente social de um CRAS do município. Porém, sua participação se mostrou silenciosa e não teve continuidade, sendo que à época de aplicação dos questionários de pesquisa este já não estava presente nas reuniões, constituindo então a amostra da pesquisa apenas por profissionais mulheres.

Realizar esta pesquisa acerca do atendimento às mulheres em situação de violência foi um desafio principalmente no que diz respeito à aproximação com as políticas públicas para mulheres e legislações específicas dessa política. Muitas destas ainda eram desconhecidas e necessitaram de um aprofundamento teórico para que o objeto pudesse ser estudado, bem como o embasamento teórico, necessário para tal, principalmente no que tange às teorias de gênero.

Por outro lado, foi uma trajetória prazerosa no sentido de aproximação de uma temática na qual possuía interesse desde a graduação e que foi possível com a realização dessa pesquisa. Evidente que o objeto não se esgota aqui, pelo contrário, a finalização deste trabalho deixa inquietações para a realização de pesquisas futuras, a fim de alçar novos campos de pesquisa ou até mesmo explorar lacunas que aqui não foram aprofundadas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**. v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

BOCHNIA, K F. V.; MOREIRA, R. A "Primavera das Mulheres": Movimento das Mulheres da Primavera em Guarapuava. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo-_mulheres_da_primavera.pdf> Acesso em: 22 jan. 2018.

BOCK, A. M. M. et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. Lei Federal 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**: norma técnica. 3ª ed. atualizada e ampliada. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei Federal 13.104, de 09 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Brasília, 2015.

CARRARO, E. M. Trabalho com o homem autor de violência enquanto estratégia para o enfrentamento da violência de gênero. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis-SC. **Anais** [recurso eletrônico]: 13th. Women's Worlds. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499431636_ARQUIVO_texto-Elis-fazendo-generosubmeter.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

CORREIA, M. C. B. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. **Revista Pensar Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30-36, 1999. Disponível em: < http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

FERRAZ, M. I. R. **Perfil da Violência contra a Mulher em Guarapuava**. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: < http://www.ppgenf.ufpr.br/Disserta%C3%A7%C3%A3oMariaIsabelFerraz.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FERRAZ, Maria Isabel Raimondo; LABRONICI, Liliana Maria. Perfil da violência doméstica contra mulher em Guarapuava, Paraná. **Revista Cogitare Enfermagem ,** Curitiba, v. 14, n. 2, p. 261-268, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/15612/10388>. Acesso em: 05 abr. 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUARAPUAVA. Lei n. 1777/2008. **Institui a Rede de Proteção à Mulher Guarapuavana.** Guarapuava, 2008.

GUARAPUAVA. Lei n. 2.091/13. **Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e dá outras providências.** Guarapuava, 2013.

GUARAPUAVA. Lei n. 2195/2013. **Altera a Lei nº. 1.777/2008 que institui a Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Município de Guarapuava.** Guarapuava, 2013.

GUARAPUAVA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Instruções para o atendimento à mulher em situação de violência**. Guarapuava, 2015.

GUARAPUAVA. Lei n. 2597/2016. **Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava - (PMPPM).** Guarapuava, 2016.

GUARAPUAVA. **Sobre Guarapuava.** Disponível em: http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/sobre-guarapuava/ Acesso em: 19 jun. 2017.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02062008-103651/pt-br.php> Acesso em: 10 jul. 2017.

IBGE. **Censo por Estado: Paraná.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr Acesso em: 24 mar. 2017.

LISBOA, T. K. Violência de gênero ou feminicídio? Leis sobre violência e propostas de políticas públicas no Brasil e no México. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. **Diversidade**: dimensões de gênero e sexualidade. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

LOPES, M. G. D. Lei Maria da Penha: histórico e aspectos relevantes. In: BARWINSKI, Sandra Lia Bazzo; JOPPERT, Deisy Maria Rodrigues; RODRIGUES,

Zita Ana Lago. **Violência contra a mulher:** desafios e avanços. Curitiba: OABPR, 2015. p. 170-187.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. 2ª ed. São Paulo: Francis, 2010.

MADUREIRA, A. B. **Representações sociais sobre violência conjugal por homens acusados no contexto da Lei Maria da Penha.** 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem). Setor de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45924/R%20-%20T%20-%20ALEXANDRA%20BITTENCOURT%20MADUREIRA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MEDEIROS, L. A. "Quem Ama Não Mata": A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995_ARQUIVO_ArtigoAnpuhNacional.2011.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

MELLO, A. R. Feminicídio: breves comentários à Lei 13.104/15. **Revista Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2º sem. 2015. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume23/volume23_49.pdf Acesso em: 07 maio 2018.

MENEGHEL, S. N. (org.) **Rotas críticas:** mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

MENEZES, P. R. M. et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Revista Saúde e Sociedade,** v. 23, n. 3, p. 778-786, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300778&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 30 set. 2017.

MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. **Revista Medicina**, v. 24, n. 2, p. 70-77, abr./jun. 1991.

MÓNICO, L. S. et al. Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais.** v. 3, p. 724-733. 2017. Disponível em: < http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404>. Acesso em 09 maio 2018.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil.** Campinas: PAGU/UNICAMP, 2008.

PEIRANO, M. Etnografia ou a teoria vivida. In: **Ponto Urbe** [Online], 2 | 2008, posto online no dia 06 agosto 2014. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1890 ; DOI : 10.4000/pontourbe.1890>. Acesso em: 12 set. 2017.

PEREIRA, E. G.; FERREIRA, G. A. A violência doméstica contra a mulher sob a ótica da vitimização repetida: uma análise da atuação do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica. **Revista O Alferes**, v. 71, n. 27. p. 133-169, jul./dez. 2017. Disponível em: < http://revista.policiamilitar.mg.gov.br/periodicos/index.php/alferes/article/view/270/251>. Acesso em: 07 maio 2018.

POUGY, L. G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Revista Katálysis**. v. 13, n. 1, p. 76-85, jan./jun. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/09.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

PRIORI, C. **Retratos da violência de gênero**: denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996). Maringá: Eduem, 2007.

RAIMONDO, M. L. **Perfil Epidemiológico da Violência contra a Mulher em Guarapuava, Paraná: contribuições da Enfermagem.** 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: < http://www.ppgenf.ufpr.br/Disserta%C3%A7%C3%A3oMariaLuciaRaimondo.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

REY, F. G.; GOULART, D. M.; BEZERRA, M. S. Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional na psicologia. **Revista Educação**, v. 39, n. esp. (supl.), p. 54-65, dez. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/24379/15422>. Acesso em: 09 maio 2018.

RIBEIRO, M. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, junho de 2010. Disponível em: < http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.MonicaDias.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** 7ª ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade,** v. 20, n. 2, p. 71-99 jul/dez 1995. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher**. Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/relatorio_cpmi_mulher-pdf-parte1

http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/relatorio_cpmi_mulher-pdf-parte2> Acesso em: 10 mar. 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias** [online]. 2006, n. 16, p. 20-45. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16 Acesso em: 13 set. 2017.

SOUZA, T. M. C.; SOUSA, Y. L. R. Políticas Públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Revista da SPAGESP**, v. 16, n. 2, p. 59-74. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a06.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

1. Identificação:

a) Nome (facultativo): _____

b) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

c) Qual sua idade: _____

d) Qual a sua cor/raça:

( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

e) Qual sua renda mensal aproximada:

( ) Entre 1 e 2 salários mínimos
( ) Entre 2 e 4 salários mínimos
( ) Entre 4 e 6 salários mínimos
( ) Entre 6 e 7 salários mínimos
( ) Acima de 7 salários mínimos

f) Possui uma religião? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual? _____

g) Qual sua formação: _____

h) Em que ano se formou: _____

i) Instituição de Ensino: _____

j) Há quanto tempo atua? _____

k) Qual seu mais alto nível de instrução? ( ) Ensino médio ( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Outro: _____

l) Há quanto tempo trabalha no atendimento a mulheres vítimas de violência: _____.

2. Quanto à atuação:

a) Você trabalha com o atendimento direto de mulheres em situação de violência? ( ) SIM ( ) NÃO.

b) Se sim, aponte os motivos que lhe trouxeram a realizar este trabalho.

_____

_____

_____

_____.

c) Desde que iniciou seu trabalho nesta área, de quantos cursos ou capacitações voltados à realização deste trabalho você já participou?

( ) Nenhum. ( ) Um. ( ) Dois ou mais.

d) No caso de haver participado, tais capacitações trouxeram contribuições reais à sua prática profissional? Se sim, quais seriam estas contribuições:

_____

_____

_____

_____

_____.

e) Quais os seus conhecimentos acerca de teorias de gênero?

( ) Desconheço e não me interesso.

( ) Pouco sei sobre o assunto.

( ) Mediano.

( ) Relevante.

( ) Sempre estou estudando a respeito e considero importante para a minha prática profissional.

f) Qual o seu grau de conhecimento acerca da Lei Maria da Penha?

( ) Aprofundado

( ) Razoável

( ) Pouco conhecimento

g) Como você avalia a estrutura e o trabalho da rede de atendimento às mulheres em situação de violência em Guarapuava:

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo

Porque?

_____

_____

_____

_____.

h) Quais você considera serem os principais pontos positivos do trabalho realizado no município:

_____

_____

_____

_____

_____.

i) Quais seriam os principais pontos negativos:

_____

_____

_____

_____

_____.

j) Você tem conhecimento acerca do fluxo de atendimento do município de Guarapuava? Conhece os serviços para os quais poderão ser encaminhadas as mulheres em situação de violência?

( ) Sim ( ) Não

k) O que você entende por políticas públicas para mulheres? Acredita que estas têm sido efetivas na prevenção e no combate à violência de gênero? O que poderia ser melhorado neste aspecto?

_____
_____
_____
_____
_____
_____.

l) Em relação a Guarapuava: possui conhecimento acerca das estatísticas de gênero no município? Acredita que o cenário tenha melhorado em algum aspecto após a implantação da Secretaria de Políticas para Mulheres no município? Em que aspectos?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____.

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-PPGDC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você _____, está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR).** Essa pesquisa está sob a responsabilidade de Fernanda Keli Pienegonda e tem como objetivo analisar as práticas que permeiam o atendimento a mulheres em situação de violência no município de Guarapuava.

Para a coleta de dados, será utilizado como instrumento um questionário que será aplicado aos(as) profissionais que atuam direta e indiretamente no atendimento a esse público, contendo questões sobre o atendimento e a estruturação da rede no município que serão respondidos por escrito pelos(as) participantes. É assegurado o sigilo da identidade dos(as) participantes desta pesquisa e os dados obtidos serão utilizados somente para fins acadêmicos, nessa dissertação de mestrado ou em publicações relacionadas.

Lembrando que a participação é voluntária, sendo assim, os(as) participantes não receberão nenhuma recompensa, nem terão custos para participar da pesquisa. Será garantido livre acesso às informações e estes poderão retirar dúvidas sobre o estudo, antes, durante e depois de sua participação. Você tem a liberdade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sejam quais forem seus motivos, sem que isso lhe traga algum prejuízo. Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, poderá procurar a qualquer momento a pesquisadora responsável.

Pesquisadora responsável: Fernanda Keli Pienegonda
Endereço: Rio Bonito, s/nº - Guamiranga (PR)
Telefone para contato: (42) 991465820
E-mail: fer_pienegonda@hotmail.com

_____
Assinatura do(a) convidado(a) para a pesquisa

_____
Assinatura da pesquisadora

Guarapuava, ____ de _____ de 2017.